



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Geográficas
Programa de Pós-Graduação em Geografia



A (Des)territorialização do Parque Nacional do Catimbau-PE

Elvira Claudia de Paula Vranckx

**Recife
2010**



ELVIRA CLAUDIA DE PAULA VRANCKX

A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Recife
2010

Paula, Elvira Claudia de Vranckx
A (des)territorialização do Parque Nacional do Catimbau / Elvira Claudia de Paula Vranckx. – Recife: O Autor, 2010.
97 folhas : il., fig., graf., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.

Inclui: bibliografia, anexos e apêndices.

Nota: Nome completo é Elvira Claudia de Paula Vranckx

1. Geografia. 2. Recursos naturais – Conservação. 3. Parques nacionais - Brasil. 4. Parque Nacional do Catimbau. 5. Política pública. I. Título.

911
910

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

UFPE
BCFCH2010/35

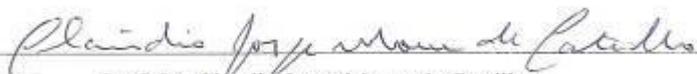
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

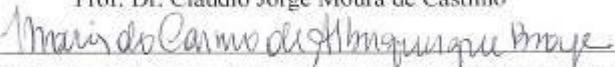
ELVIRA CLAUDIA DE PAULA VRANCKX

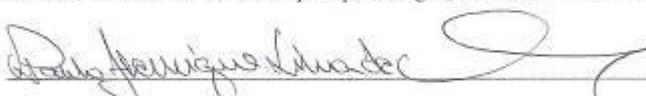
Título: “A (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO
CATIMBAU”

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador: 
Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

1º. Examinador: 
Prof. Dr. Maria do Carmo de Albuquerque Braga (CONDEPE/FIDEM)

2º. Examinador: 
Prof. Dr Paulo Henrique Lima de Oliveira (FATE/CE e FAC/CE).

APROVADA em 30 de março de 2010.

RCMS

Aos meus pais,
com grande carinho.

AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer a tantas pessoas que estiveram junto comigo nessa jornada, é pouco descrever apenas com palavras a gratidão que sinto por todos. Vou agradecer não por ordem de importância mas de acordo com o que a memória ajudar.

Aos moradores do Catimbau, que me receberam com tanta atenção e carinho. Abrindo as portas de suas casas e muitas vezes o coração para externar seus sentimentos de amor para com o lugar que moram.

Ao meu professor orientador Cláudio Jorge Moura de Castilho, pela força e atenção que vem me dando desde os meus primeiros passos como pesquisadora. Instigando em mim, o aprender a enxergar o espaço dos menos favorecidos de forma igualitária.

Aos amigos de sempre, Cristiane Fonseca, Débora Ferraz, Keilha Silveira, Luciana Cruz, Penha Melo, Priscila Vasconcelos, Rúbio Ferreira, companheiros de jornada, dos momentos fáceis e difíceis, por estarem sempre junto a mim, mesmo em alguns momentos de forma virtual, ajudando no que é possível.

Ao responsável atual pela gestão do Parque Nacional do Catimbau, Francimar Júnior, pela atenção dispensada.

Aos meus pais, por acreditarem que juntos realizamos sonhos, e assim foi. Estamos juntos em mais essa etapa, realizando mais um.

A Pieter Vranckx, pelo grande incentivo desde os primeiros momentos. Principalmente pelo auxílio nos aparatos técnicos e logísticos, abrindo mão de seu trabalho.

Ao professor Dr. Caio Maciel, pela força e incentivo, ao longo do período de curso.

Aos meus grandes amigos, Raí, Tadeu e Xuá, que estão sempre me fornecendo sinceridade e alegria em suas companhias.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, pelo apoio financeiro nesses 24 meses de aprendizado. Torço para que outros estudantes tenham a mesma oportunidade.

À pós-graduação em geografia, principalmente à pessoa de Rosa Marques, sempre disposta a nos receber e auxiliar com seus conhecimentos burocráticos.

À amiga Absa Sylla, por ter me ajudado a ter acesso a um livro já esgotado nas livrarias francesas e que foi tão útil à reflexão teórica e metodológica do presente estudo.

Aos amigos Fernando Ramalho, Lucas Cavalcanti e Zé Maria, pelo apoio técnico com o Sistema de Informações Geográficas (SIG's) para confecção dos mapas constantes nesta pesquisa.

À Prof^a Dr^a Maria do Carmo Albuquerque Braga, pelos momentos de discussão e reflexão que, no início, vieram a contribuir para minha pesquisa.

À Edvane Conceição, pelo apoio psicológico nos momentos de incertezas. Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram com esse estudo.

La géographie,
ça sert, d'abord,
à faire la guerre.

(A geografia, isso serve,
em primeiro lugar,
para fazer a guerra,

Yves Lacoste)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de (des)territorialização do Parque Nacional do Catimbau destacando a problemática social gerada no território. A metodologia, aplicada nesta pesquisa está dividida em quatro etapas, a primeira diz respeito à pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo a busca por temas afins, que ajudaram a consolidar a construção da idéia central; a segunda concerne à pesquisa documental sobre as leis que regem um Parque Nacional e estudos realizados sobre o tema; na terceira, realizou-se um levantamento cartográfico, visando ao reconhecimento espacial da área estudada; a quarta etapa diz respeito à pesquisa de campo com a realização de entrevistas semi-estruturadas (despadronizadas), obedecendo a um roteiro elaborado de forma não-estruturado (focalizado), com os moradores e representante do Órgão responsável pela gestão do Parque. O processo de implementação dos parques nacionais no Brasil é norteado por políticas ambientais, de certa forma, vinculadas à questão global sobre a conservação ambiental. No que tange ao Parque Nacional do Catimbau e à problemática social advinda de sua delimitação, percebe-se que naquele território o espaço de vida e vivido encontra-se numa realidade de incertezas futuras. Portanto, as políticas públicas têm papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos naquele lugar e, conseqüentemente, para a vida dos moradores, bem como para a conservação ambiental. A exemplo do que acontece com o Parque Nacional do Catimbau, ainda que existam esforços para minimizar os conflitos existentes no local, estes são latentes e estão longe de serem resolvidos. A criação do conselho gestor do Parque é um importante instrumento que pode vir a diminuir os conflitos existentes no lugar, pois tem por finalidade aproximar as pessoas para, em conjunto, encontrarem soluções para a Área Protegida.

Palavras chaves: Território, Parque Nacional, Espaço Vivido

ABSTRACT

This research aims to understand the process of the territorialization of the National Park Catimbau, highlighting the social problems generated in the territory. The methodology used in this research is divided into four stages: the first concerns the literature, aiming to search for related topics, which helps to consolidate the construction of the central idea, the second part concerns a survey about the laws that govern the National Parks and studies about the subject, in the third part, a map is build of the space of the study area and the fourth part regards the fieldwork, based on semi-structured interviews (nonstandardized) according to a previous prepared script, conducted with residents and representative of the Authority responsible for the management of the Park. The process of implementation of the national parks in Brazil is governed by environmental policies, in some way connected to the global issue of environmental conservation. Regarding the National Park Catimbau and social problems arising out of its boundaries, it is perceived that in such territory the habitat is a reality of future uncertainties. Therefore, public policies play a fundamental role in the unfolding of events in that place and, consequently, the lives of the residents, as well as for environmental conservation. That occurred so in the case of the National Park Catimbau, although there are efforts to minimize the conflicts in place, they are dormant and are far from being resolved. The creation of the management board of the Park is an important tool that is likely to reduce the conflicts in place, since its purpose is to bring people together to find solutions for the area to be conserved.

Key words: Territory, National Park, Habitat

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 –	Localização da área de estudo	18
Quadro 01 –	Unidades de Conservação: tipos e objetivos	25
Figura 02 –	Distribuição dos parques brasileiros por Região	27
Gráfico 01 –	Cronologia da criação dos parques por bioma	30
Gráfico 02 –	Percentagem da área total dos parques por bioma	31
Figura 03 –	Distribuição dos Parques Nacionais por Bioma	33
Figura 04 –	Construção Territorial	40
Figura 05 –	Representações Territoriais	44
Figura 06 –	Terra em processo de preparação para o plantio	47
Figura 07 –	Cisterna ao lado da casa	49
Figura 08 –	Pedra furada, trilha da Serra dos Breus	51
Figura 09 –	Mesorregiões de Pernambuco	53
Figura 10 –	Placa divulgação da Associação de Guias de Turismo do Catimbau	55
Figura 11 –	Vista a partir da trilha das torres	56
Figura 12 –	Paredão com inscrições rupestres, trilha do Alcobaça	56
Figura 13 –	Escada da participação cidadã proposta por Arnstein (2002)	66
Quadro 02 –	Locais de realização das reuniões setoriais	68
Figura 14 –	Reuniões 2º fase, reunião de Ibimirim	69
Figura 15 –	Reuniões 2º fase, reunião de Buíque	70
Quadro 03 –	Representantes e segmentos para o conselho consultivo e total de vagas	71
Quadro 04 –	Membros representantes do Poder Público	72
Quadro 05 –	Membros representantes da sociedade civil	74

Figura 16 –	Grupo Meio Ambiente e Turismo	75
Figura 17 –	Integrantes do Conselho Gestor PN-Catimbau	76
Figura 18 –	Esquema 2 – Espaço de horizontalidade entre dimensão política e a social	77

LISTA DE SIGLAS

IBAMA – Instituto Brasileiro Meio Ambiente

IBDF – Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PN-Catimbau – Parque Nacional do Catimbau

SUDHEVEA - Superintendência de Desenvolvimento da Borracha

SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidades de Conservação

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE SIGLAS

1 INTRODUÇÃO	15
2 PARQUES NACIONAIS NO BRASIL	23
2.1 PONTOS RELEVANTES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL	23
2.2 DO GLOBAL AO LOCAL.....	35
3 O TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA SUA DELIMITAÇÃO.....	39
3.1 TERRITORIALIDADES HERDADAS: A DIMENSÃO SOCIAL.....	45
3.1.1 Os territórios vividos na área do Parque	49
3.2 NOVA TERRITORIALIDADE PARA O LUGAR	52
3.3 A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO: UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL	57
3.3.1 A questão da desterritorialização/desapropriação	59
4 PROPOSTAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA ÁREA	64
4.1 AÇÕES ATUAIS À IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU: CONSELHO GESTOR	64
4.1.1 O conselho gestor do Parque Nacional do Catimbau	68
4.2 SUGESTÕES PARA UM PLANEJAMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS ENTRE O PARQUE E SEUS HABITANTES: FACILITANDO A CONVIVÊNCIA	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista I – Aos moradores	90
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista II – à Instituição	91
ANEXO A – Tabela com os Parques Nacionais do Brasil	92
ANEXO B – Slides: Oficina formação do Conselho consultivo do PN-Catimbau	94

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui 64 Parques Nacionais, os quais se tornam, em princípio, áreas destinadas à preservação ambiental de ecossistemas relevantes; não sendo, portanto, permitida a presença de habitantes em seu interior. O que tem engendrado uma problemática socioterritorial, para as pessoas que já habitam, durante muito tempo, nessas áreas.

O modelo de área protegida adotado no Brasil possui como referência o utilizado nos Estados Unidos, quando da criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o Yellowstone, ainda no século XIX, o qual se baseia na existência de uma natureza longe de intervenções humanas. Rodman¹ (apud DIEGUES 2004, p.35) afirma que “a criação dos parques obedeceu a uma visão antropocêntrica, uma vez que beneficiava as populações urbanas e valorizava, principalmente, as motivações estéticas [...]”. Por outro lado, a criação dessas áreas representou uma espécie de desejo em se fazer recriar a idéia de paraíso selvagem e intocado (DIEGUES, 2004), chegando mesmo a desconsiderar as pessoas que nelas habitam.

Em sua origem, a palavra parque, ou melhor, “*parc*”, “em francês e inglês arcaico”, conforme aponta Runte², designava “uma área cercada de solo ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou por concessão do rei” (apud DAVENPORT e RAO, 2006, p.54), e quem adentrasse nessas áreas poderia sofrer severas punições, podendo até mesmo ser condenado à morte.

Ainda conforme os mesmos autores “a idéia de parque como definida agora é moderna em sua origem, tendo apenas recentemente passado a designar tanto proteção como acesso ao público”. Para Davenport e Rao (2006, p.54), “o termo contemporâneo ‘parque nacional’ foi descrito já em 1832 pelo artista e explorador norte-americano George Catlin”. Dessa forma, e ainda de acordo com os últimos autores referenciados, hoje presenciado a defesa dos territórios dos parques nacionais como “áreas para serem protegidas por sua beleza cênica e vida selvagem”.

Entretanto, embora as iniciativas para delimitação de territórios com fins de proteção

¹ Rodman, J. 1973. “What is Living and what is Dead in the Political Philosophy of T. H. Green”. In: *The Western Political Quarterly* 26:566-86.

² Runte, A. *National Parks: the American experience*. Lincoln and London: university of nebraska press, 1979.

ambiental tenham boas intenções para a preservação do meio ambiente, muitas vezes essas intenções terminam negligenciando as necessidades das pessoas que já habitam no interior dessas áreas.

Isto porque a natureza passou a ser vista como sendo o ambiente da fauna e flora, deixando de fora o homem, outro ser que não pode deixar de ser considerado porque, também, habita essas áreas. E, assim, o homem passou a ser visto como inimigo, o responsável direto pela destruição da natureza, de tal modo que cai no esquecimento o fato de que já eram habitantes dessas áreas antes da chegada das idéias e dos procedimentos da “proteção”, e de que é desse meio que ele tem criado, historicamente, a sua sobrevivência.

Por isto, a presença do homem não pode ser negligenciada, já que ele é também o conhecedor do lugar e das práticas territoriais adotadas, grande parte das quais são baseadas em seus conhecimentos empíricos; os quais, por outro lado, podem ser bastante úteis ao desenvolvimento de usos socialmente adequados.

O Parque Nacional do Catimbau (PN-Catimbau), objeto de estudo da presente pesquisa, instituído sob o Decreto de 13 de dezembro de 2002, é mais um parque que apresenta problemas de ordem social, na medida em que os moradores de sua área não foram considerados pelos poderes instituídos, o que torna inevitável a ocorrência de uma problemática social. Isso porque o processo de territorialização da área protegida entra em choque com o dos moradores, visto que o território demarcado para proteção obedece às regras previstas em lei para as Unidades de Conservação, ao mesmo tempo em que, em sendo assim, não há como evitar uma futura desterritorialização das pessoas que habitam em seu interior. Fato que evidencia a incompatibilidade entre a criação de um parque, sob os termos propostos, que procura atender ao objetivo de proteção de parte de ecossistemas ameaçados, e os homens que nele residem.

A problemática social que se esboça no território do Parque Nacional do Catimbau, portanto, diz respeito ao fato de já existir ali a presença dos moradores, os quais após a implementação oficial terão de sair da área com a qual criaram, no curso da sua história de vida de cada um, fortes laços que garantem a sua existência.

O fato da necessidade legal da inexistência de habitantes é, portanto, uma das condições para a criação institucional de um parque, representando, por outro lado uma maneira de separar o

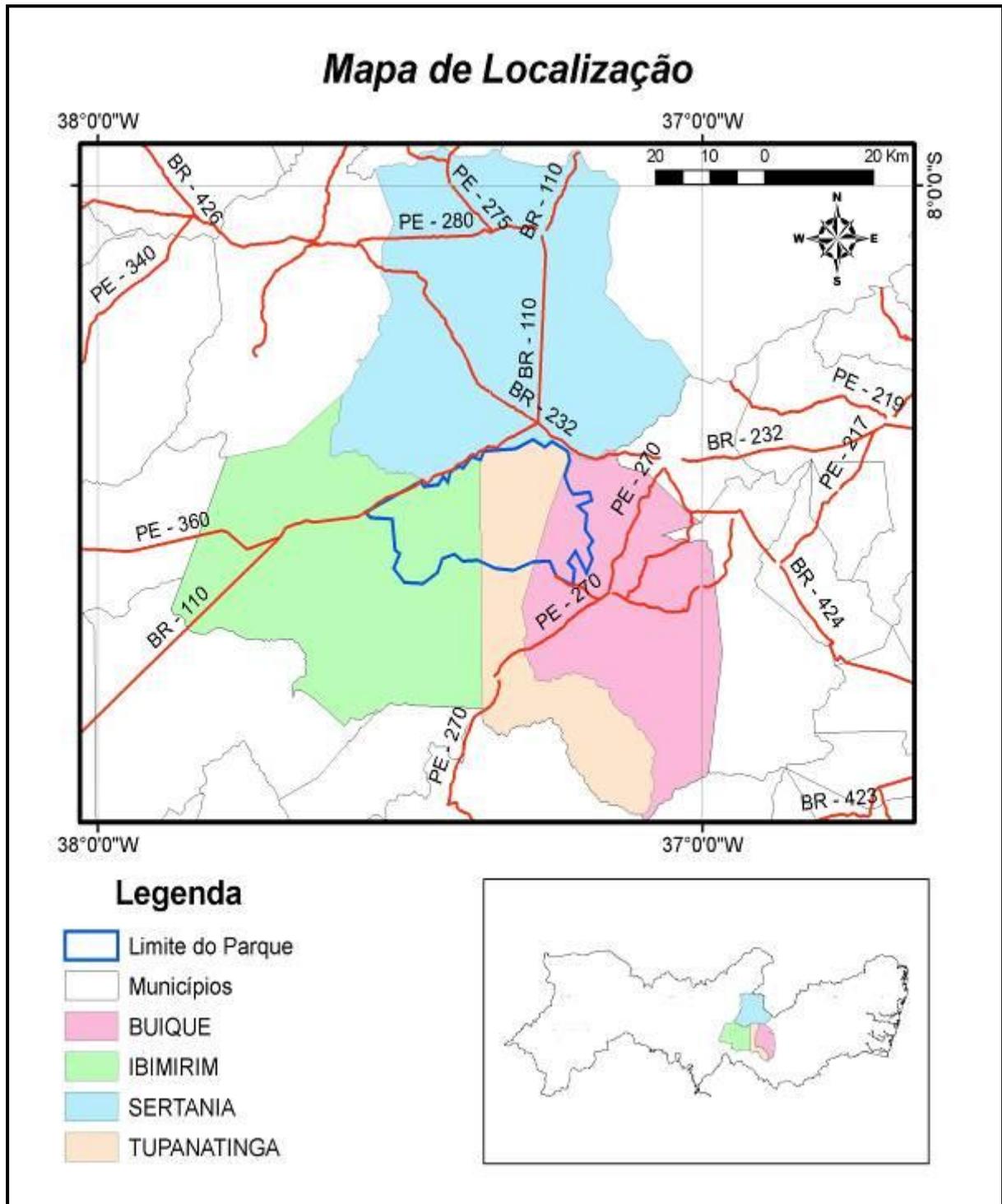
homem da natureza; o que estimula e reforça a idéia de “Homem X Natureza”, sendo isto, de certa forma, uma ofensa para as pessoas/famílias que residem no lugar há décadas.

Ainda no campo das idéias, para a concepção do Parque, foram realizados estudos naquela área com o intuito de conhecer e apontar a relevância do lugar e assim confirmar a necessidade de se criar um Parque Nacional. A partir daí, foram ressaltados os aspectos físicos e biológicos existentes, como a geologia, a fauna e a vegetação do tipo caatinga, em conjunto com o patrimônio dos sítios arqueológicos e a beleza cênica local; ao mesmo tempo em que se constatou uma baixa densidade demográfica³ na área, tornando pontos relevantes para que se fizesse uma intervenção, no sentido da proteção do patrimônio natural e arqueológico existente naquele local. Foi a partir daí que se foram tomando providências para que se criasse um parque nacional naquelas terras.

Convém, portanto, ressaltar que, embora se tenha constatado que a densidade demográfica da área fosse baixa, existe um número considerável de famílias na área e que vivem do lugar. Este, por si só, já é um motivo para considerar que as leis não podem ser aplicadas de modo tão rígido, embora, também, sejam importantes.

A partir desse quadro geral de referências busca-se fazer uma investigação a respeito da temática sobre **Conflitos territoriais entre moradores de Parques Nacionais e a Política Territorial de concretização do Parque**. Nesse sentido, vale salientar que a territorialização do Parque Nacional do Catimbau diz respeito à demarcação da área que abrange quatro municípios pernambucanos, situados em uma faixa de transição Agreste-Sertão, sendo eles Buíque, Tupanatinga, Ibimirim e Sertânia, conforme mostrado na figura 01, assim como diz respeito, também, às novas práticas que foram implantadas no lugar, a partir da política ambiental vigente, que confere um ordenamento territorial, visando à regulação e ao cumprimento do que está previsto em lei.

³ Estudo realizado pela Sociedade Nordestina de Ecologia em 2002.



Da mesma forma que os moradores da área do Parque tem que participar das decisões sobre o modo como a institucionalização do PN-Catimbau deverá acontecer, igualmente outras instâncias locais do Estado brasileiro devem entrar nessa discussão, garantindo, também, os interesses das suas populações. Trata-se, por exemplo, dos governos municipais de Buíque, Ibimirim, Tupanatinga e Sertânia, como mostra a figura acima.

Esse processo de territorialização do Parque acha-se associado ao de desterritorialização da área, na medida em que a criação do Parque Nacional pressupõe, como vimos, a retirada dos habitantes do lugar, em sua maioria constituídos por moradores de baixa renda. Eles terão de sair do território com o qual construíram historicamente uma identidade territorial, desencadeando o rompimento com as práticas territoriais construídas, tal como já se falou a partir dos conhecimentos empíricos embasados nos ciclos da natureza, adquiridos ao longo do tempo, através de heranças, podendo também perder os laços de vizinhança tão importantes à sobrevivência das famílias.

Nesse contexto, e buscando dialogar com as duas territorialidades existentes no local, a dos moradores e a do Poder Público, levanta-se uma questão principal: **O que acontecerá com as pessoas/famílias que habitam no interior do Parque?**

Essa questão apóia-se em outras secundárias, tais como: Qual (is) o(s) plano(s), programa(s) e proposta(s) existente(s) para aqueles moradores após a sua retirada da área? É cogitada uma possível relocação dos moradores ali existentes? Quais as reais perspectivas de inclusão dos moradores em outra área? Está havendo de fato uma participação dos moradores nas decisões e propostas para o seu território?

A análise aqui proposta parte da hipótese de que **não existe mobilização social no território, por parte dos moradores, na busca por melhores condições de vida em um território futuro**. E, portanto, esta situação de desorganização social fará com que esses moradores sejam transferidos para outro local alheio às suas necessidades, uma vez que é iminente a desapropriação do Parque, conforme já está previsto em lei⁴.

A (des)territorialização do PN-Catimbau poderá, assim, ocasionar um desequilíbrio socioterritorial para os moradores do lugar, na medida em que, no caso de sua remoção, sem alternativas concretas à sua existência alhures, a perda do seu espaço de vida e referências

⁴ Lei nº 9985, de 18 Julho de 2000, que expressa restrição à existência de moradores na área .

engendrará graves conseqüências em suas vidas, pois terão de reiniciá-las em outro espaço estranho a eles e talvez sem a necessária proteção dos poderes públicos os quais, pelo menos em princípio, deveriam promover a segurança das pessoas.

Sendo assim, vale a pena refletir sobre o que acontecerá com aqueles moradores, se de fato forem desapropriados, perdendo o seu território tal como diz a lei de criação dos Parques Nacionais. Mesmo que eles recebam indenização em dinheiro, para onde irão? Será que existem terras o suficiente, nas vizinhanças, para absorvê-los?

Tendo como base a questão principal acima colocada, a pesquisa tem como objetivo geral **compreender o processo de (des)territorialização do Parque Nacional do Catimbau destacando a problemática social gerada no território.**

Assim, a partir deste objetivo geral, foram pensados os objetivos específicos que lhe serviram de suporte, são eles: a) Contextualizar a criação e implantação dos Parques Nacionais no Brasil; b) Destacar a problemática social advinda da delimitação territorial do PN-Catimbau; c) Sugerir a construção de um planejamento, envolvendo moradores e esferas do Poder Público na busca por seus interesses.

A escolha por este objeto de estudo ocorreu por se tratar de um parque, no qual parte de sua área possui porções de espaços habitados, ocupados, em sua maioria, por pequenos agricultores de baixo poder aquisitivo. Esse fato gerou interesse para a realização de uma investigação mais apurada que levasse em consideração a questão social que acontece naquele lugar, em função da criação do Parque. Por outro lado, foi percebido que estudos realizados em Unidades de Conservação, na maioria das vezes, têm tido como análise o meio natural, a fauna e flora; em outros a questão da viabilidade do turismo que essas áreas podem proporcionar.

Deste modo, muitas vezes esses estudos deixam de fora a questão social dos habitantes desses lugares, não esclarecendo-a, o que de certa forma faz com que eles sejam vistos como intrusos no próprio território ao qual sempre pertenceram. Para nós, qualquer ação pensada, elaborada e executada num determinado lugar não deve negligenciar as necessidades reais dos moradores presentes, por menor que seja o seu contingente populacional.

A metodologia, aplicada nesta pesquisa está dividida em quatro etapas, sendo a primeira delas a que diz respeito à **pesquisa bibliográfica**, que teve como objetivo o aprofundamento do

conhecimento sobre o tema ora proposto, ajudando-nos a consolidar a construção da idéia central desta dissertação; em seguida, fizemos uma **pesquisa documental** sobre as leis que regem um Parque Nacional e estudos realizados sobre o tema; em terceiro, realizou-se um **levantamento cartográfico**, visando ao **reconhecimento espacial** da área em estudo, que buscou visualizar as comunidades a serem objeto de entrevistas, assim como serviu para um melhor reconhecimento espacial dos caminhos a serem percorridos; a quarta etapa, e a mais complexa delas, diz respeito à **pesquisa de campo**, pela qual foram coletados dados *in loco*, norteada pelas subetapas: 4.1) pesquisa exploratória, para o reconhecimento da área; 4.2) realização de entrevistas semi-estruturadas (despadronizadas), obedecendo a um roteiro elaborado de forma não-estruturado (focalizado)⁵, com os moradores e representante do Órgão responsável pela gestão do Parque, na busca por informações diretas com vistas a recolher informações e compreender as ações e políticas praticadas no lugar. Os moradores entrevistados têm, aqui, suas identidades preservadas, assim como mantêm-se em sigilo as comunidades que foram alvo das entrevistas. Isto porque, segundo Lacoste (2006, p.171), a “geografia deve estar bem consciente de que, analisando espaços, ela fornece ao poder informações que permitem agir sobre os homens que vivem nesses espaços.”; e 4.3) registros fotográficos.

A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro, traz uma contextualização da história de formação dos parques nacionais no Brasil, de certa forma fazendo um resgate da introdução dessas experiências no País, analisada sob três pontos de vista: institucional, científico/paisagístico e social. Boa parte deste capítulo conta com estudos realizados pela antropologia, que contribuíram para um melhor entendimento histórico dos parques no Brasil e da problemática social das populações tradicionais presentes nessas áreas.

No segundo capítulo é analisado o território do PN-Catimbau, compreendido enquanto espaço de coexistência de dois territórios, um Político e outro Social. Tendo como foco principal destacar as duas territorialidades constituídas na área, uma histórica, representada pelos moradores, e uma mais recente, em referência à proposta do Parque. Num terceiro momento faz-se um resgate dessas duas territorialidades no sentido de dar ênfase à problemática socioterritorial engendrada no local. Optou-se, ainda, para discussão com base em textos da língua francesa, que foram cruciais a discussão teórica, tendo tido o cuidado de apresentar logo em seguida, em nota de rodapé, o texto original, para não se deixar perder a originalidade

⁵ Os roteiros de entrevistas utilizados constam nos Apêndices A e B.

textual apresentada no idioma de procedência.

O terceiro capítulo lança propostas que possam subsidiar um planejamento para o território estudado, enfatizando a criação do Conselho Gestor do Parque, como instrumento possível de aproximação entre a população residente e o Poder Público, assim como apresenta sugestões de envolvimento dos habitantes nas atividades concernentes ao Parque, como forma de buscar envolver essas pessoas, proporcionando-lhes oportunidades de conhecimentos e trabalho. Ao final, são tecidas algumas considerações acerca das conclusões relevantes mediante a observação e análise do território estudado.

2 PARQUES NACIONAIS NO BRASIL

Este capítulo se propõe a apresentar a formação dos parques brasileiros, fazendo um resgate histórico da introdução desses espaços no Brasil, haja vista que não se tem como objetivo analisar, amiúde, a política ambiental brasileira. Assim sendo, destacam-se os pontos relevantes que tiveram influência de certa forma na política nacional de implantação dos parques nacionais. No entanto, vale ressaltar que, na literatura, existem estudos que abordaram o tema e o analisam com minúcia, dos quais alguns serão citados ao longo deste estudo.

2.1 PONTOS RELEVANTES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL

Para uma melhor caracterização dos Parques Nacionais brasileiros, optou-se por apresentá-los através de três pontos de vista, sendo elas: a) **institucional**, fazendo uma contextualização da política ambiental brasileira; b) **científico/paisagístico**, fazendo alusão à importância ambiental e científica que desempenham; e c) **social**, neste ressaltando o ponto de vista dos conflitos gerados entre área protegida e habitantes.

A) Institucional

No Brasil, a história da implementação dos parques nacionais é caracterizada por uma política de sucessos e insucessos, o que é fruto da sucessão de vários órgãos que detiveram a competência de gerir essas áreas, sendo este problema inerente à própria cultura institucional brasileira. Atualmente os parques estão sob competência do recém criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, criado em Agosto de 2007, pelo decreto Lei nº 11.156.

O ICMBio substituiu o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA, que esteve à frente da gerência dos parques desde 1989 até aquela data. Esse Instituto foi fruto da junção de vários institutos: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF (1967-1989), órgão que também esteve à frente da gerência dos parques, Superintendência de Desenvolvimento da Borracha – SUDHEVEA, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE e Secretaria de Meio Ambiente - SEMA. Vale

salientar ainda a existência do Código Florestal de 1934, que foi responsável pela conceituação e pelo embasamento dos primeiros parques brasileiros criados antes de 1965 (CORBUCCI, 2003; DRUMMOND, 1997; MORSELLO, 2006).

Essa contínua mudança de gerência dos parques, de alguma forma, influenciou na continuidade das atividades propostas por cada um dos Órgãos envolvidos. Situação que pode ser entendida através do ponto de vista de Corbucci (2003), quando, ao analisar a política ambiental no Brasil, ela chamou a nossa atenção para as consecutivas mudanças ocorridas na política em decorrência das sucessivas alterações nos Órgãos competentes pela sua implementação. Para esta autora, isso ocasionou num “extingue/cria ou recria” e, conseqüentemente, no “desmantelamento dos órgãos públicos – muitas vezes resultando em descontinuidade administrativa ou perda de funções” (CORBUCCI, 2003, p.72).

Visando modificar esse quadro das competências institucionais, o atual responsável por gerir as unidades de conservação como um todo, o ICMBio, busca poder administrar as áreas concernidas com mais agilidade e conhecimento de causa. No entanto, problemas de ordem burocrática continuam impedindo a execução dessa tarefa, como é o caso do que diz respeito à regulação fundiária de muitas dessas áreas de parques nacionais. Pois, para que um parque possa definitivamente existir, necessita-se da total desapropriação de terras particulares que estejam em seu interior, uma vez que a sua posse é pertencente apenas ao Poder Público.

Contudo, quase sempre o território delimitado para implementação de um parque nacional encontra-se habitado, e esta situação muitas vezes dificulta o processo de sua implementação. Conforme Brito (2000) assinala, a questão fundiária é um problema que vem se repetindo desde a criação da primeira Unidade de Conservação do país, em 1937⁶. Segundo Drummond (1997, p.14), no período da gestão do IBDF a política “de criação dos parques nacionais, a partir de meados da década de 1970, foi guiada pelo princípio de *priorizar a inclusão de terras públicas desocupadas.*” Pois, de acordo com ele, “é sempre mais fácil regularizar a situação fundiária nessas terras”. Este ponto será mais discutido no próximo capítulo.

Atualmente, os parques nacionais brasileiros fazem parte de um conjunto de áreas protegidas institucionalmente classificadas, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9985, de 18 julho de 2000), como Unidades de Conservação – UC’s. As UC’s são divididas em dois grupos: as de Proteção integral e as de Uso Sustentável. O quadro 01

⁶ Trata-se da criação do Parque Nacional do Itatiaia, situado no estado federado do Rio de Janeiro.

identifica os tipos de Unidades de Conservação e os objetivos que a elas competem.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Quais são as áreas?	
Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre.	Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural.
Objetivo	
Preservar a biodiversidade, manter e/ou torná-la “intocada”, ou seja, sem a intervenção humana.	Visam compartilhar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela dos seus recursos naturais, dando às populações que vivem em seu interior e/ou no entorno condições de explorar tais recursos de forma sustentável.

Quadro 01

Unidades de Conservação: tipos e objetivos

Elaborado pela autora com base em Pereira (apud BARBOSA & SANTOS 2008).

Conforme pode ser observado no quadro acima, os Parques Nacionais brasileiros fazem parte da categoria de Proteção Integral, querendo isso dizer que é uma área de uso restrito, não sendo permitido, portanto, o uso direto de seus recursos, assim como não é compatível com a existência de moradores em seu interior.

Contudo, mediante os conflitos sociais que se esboçam nos territórios delimitados para os parques nacionais, não se poderia considerar os parques nacionais também como Unidade de Uso Sustentável? Colocamos esta indagação haja vista que muitos desses parques localizam-se em porções de espaços habitados cujos interesses dos moradores devem ser considerados,

sejam os interesses daqueles que se acham no interior da área, sejam os daqueles que se acham no seu entorno.

Para que uma UC seja criada é preciso que determinados requisitos sejam cumpridos. O Ministério do Meio Ambiente dispõe de um roteiro, disponível em *site* oficial⁷, o qual serve de guia para o Poder Público decidir ou não pela criação da unidade.

A primeira tentativa de criação de um parque nacional em território brasileiro data de 1876, incentivado pelo engenheiro André Rebouças, que se inspirou nas idéias de criação do primeiro parque Americano, Yellowstone (DIEGUES 2004). A pretensão do engenheiro foi a da criação de dois parques nacionais, sendo um no estado do Paraná, o de Guaíra, e o outro que abrangeria a Ilha do Bananal, hoje estado do Tocantins (MORSELLO, 2006). Porém, a criação desses parques não foi concretizada naquele momento, mas somente depois do surgimento do primeiro parque nacional do Brasil, o de Itatiaia em 1937, tal como vimos anteriormente.

Atualmente, o Brasil possui um total de 64 Parques Nacionais (Anexo 01) distribuídos pelo território nacional, apresentados na figura 02, que são áreas de grande valor paisagístico, cujo objetivo fundamental,

[...] segundo a legislação brasileira, é preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisa científica, de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. (www.icmbio.gov.br, acesso em julho 2009).

⁷ Disponível em www.mma.gov.br

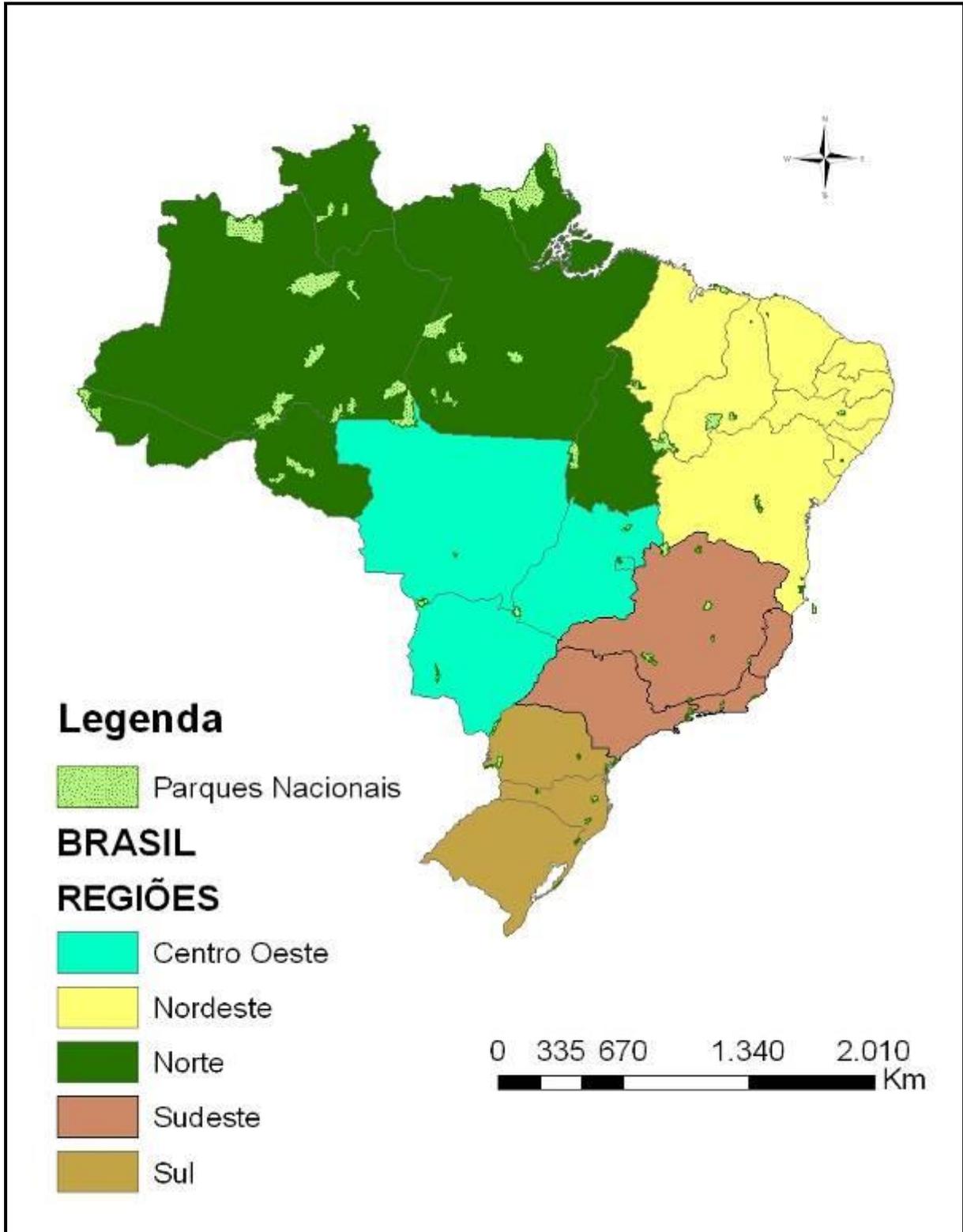


Figura 02
Distribuição dos parques nacionais brasileiros por Região
Elaborado pela autora com base cartográfica do IBGE e ICMBio

Esta figura ilustra a distribuição dos parques nacionais pelas regiões do Brasil, sendo possível perceber, no Nordeste do Brasil, precisamente no estado de Pernambuco, o limite territorial do Parque Nacional do Catimbau.

B) Científico/Paisagístico

O interesse em resguardar porções de espaço com grande valor paisagístico e de biodiversidade, para que populações futuras também possam usufruir dessas áreas, no mundo inteiro, é um pensamento que permeia a implementação dos parques nacionais desde o seu início, em todo o mundo. No Brasil, isso não se mostra diferente, pois os parques possuem objetivos tanto científicos quanto ambientais, aí se inserindo, também, as atividades de recreação.

Nos parques nacionais brasileiros, embora tenham sido pensados também para o uso científico, em um primeiro momento, parece ter prevalecido a idéia da contemplação da natureza, reforçando o caráter estético da paisagem para fins de lazer. Esse fato coincide com a ocorrência dos primeiros parques terem sido “criados principalmente na região sudeste-sul, a mais populosa e industrializada do país” (DIEGUES, 2004, p.115). Foi nesse contexto que, em 1937, o território brasileiro recebeu seu primeiro parque nacional, o Parque de Itatiaia, situado no estado do Rio de Janeiro, nas proximidades de um grande centro urbano.

Da mesma forma posteriormente, foram criados os Parques de Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ), em 1939. A proximidade com os grandes centros urbanos foi um dos motivos da criação desses parques, fazendo uso da área para atender a novos interesses sociais; o que, a primeira vista, pode ser um tanto paradoxal, já que isso se confunde e contrapõe com o fato de ser uma área onde a natureza deve ser protegida da interferência humana, para que seus recursos possam se manter intocados. Mas que, por outro lado, procura garantir a conservação da área para fins futuros.

Com efeito o caráter de uso público, enquanto contemplação, logo deu lugar à necessidade para conservação da natureza, pois a partir da década de 1940, mudanças econômicas começam a acontecer no país, passando a interferir no meio físico-natural. Assim a industrialização e a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste são fatos que contribuíram para que ações emergenciais fossem tomadas no sentido de se criar áreas protegidas também nessas localidades, a fim de proteger ecossistemas que começavam a ser

ameaçados. Esses acontecimentos contribuíram, de certo modo, para a mudança da localização geográfica dos parques nacionais, e assim, “pela primeira vez, passaram a ser instituídas unidades nos locais mais remotos do país” (MORSELLO 2006, p.154).

Por outro lado, Morsello (2006) deixa a entender que é de se confundir, embora não fique explícito, o verdadeiro motivo para a criação de áreas protegidas nesses locais, em específico a criação de parques nacionais, uma vez que, para esta autora, essas áreas não foram criadas somente para fins de preservação, e sim para serem utilizadas como “critério de recreação” para a população urbana em expansão. A autora reforça ainda essa idéia quando diz que, a exemplo do Rio de Janeiro, “foram estabelecidos três Parques próximos ao novo centro administrativo, [fazendo referência à Capital Brasília] Brasília (DF), Chapada dos Veadeiros (GO) e Emas (GO)”.

A emergência pela conservação também se deu na Região Amazônica, na década de 70 do século XX, onde a expansão agrícola, que naquele momento tinha incentivos do governo, levou à criação de áreas protegidas como forma de conter a devastação ambiental que se iniciara. Nessa época a preocupação ambiental ganhou maior força, e isso porque naquela mesma década houve uma pressão internacional relevante para a proteção do meio ambiente.

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi um evento importante que havia ocorrido no período e que contribuiu de certa maneira para que medidas ambientais severas fossem tomadas também no Brasil. Então, em 1974, foi criado o primeiro parque na região Norte do país, o Parque Nacional Amazônico, e após cinco anos (1979), foram criados mais dois parques: o do Pico da Neblina e o Pacas Novas. Através do gráfico 01, é possível visualizar a cronologia de criação dos parques nacionais no Brasil, bem como a quantidade de áreas criadas por ano desde 1937; ao mesmo tempo em que é possível perceber ainda a representatividade de parques por bioma existente no país.

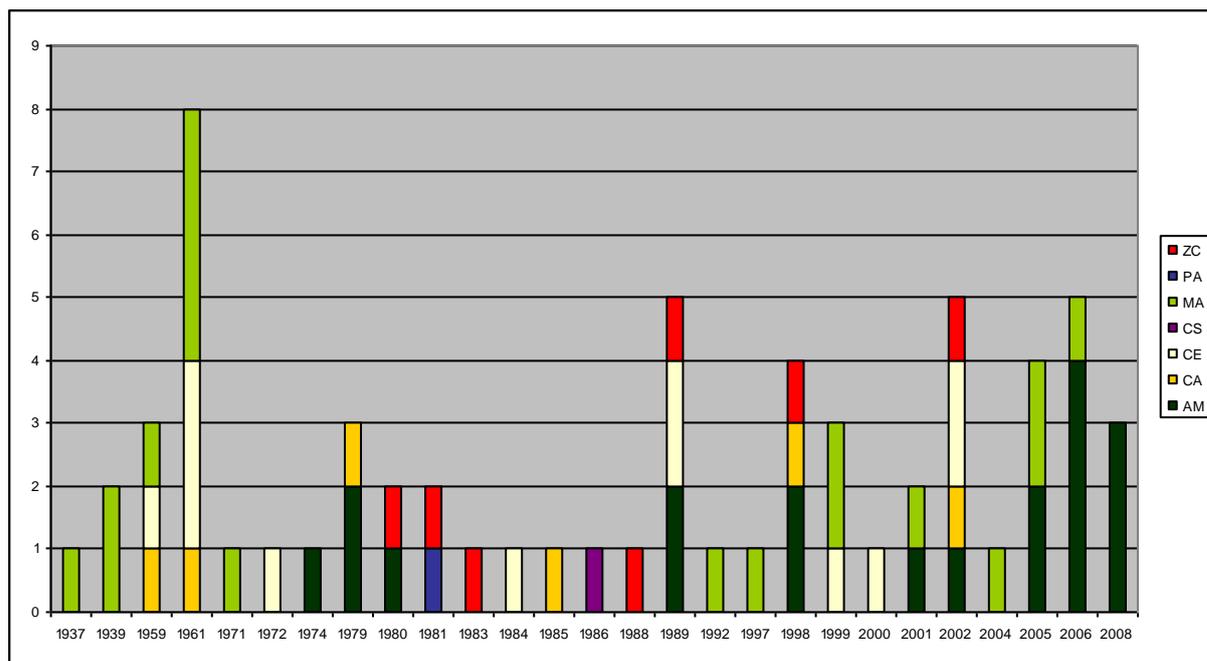


Gráfico 01
Cronologia da criação dos parques brasileiros por bioma⁸
 Fonte dos dados: www.icmbio.gov

Como se pode perceber, na linha de quantidade, está em evidência o ano de 1961, que é reflexo dos incentivos econômicos ocorridos na década anterior, configurando, “um devastador processo de desenvolvimento”, que fez surgir 8 parques em apenas um único ano “numa tentativa de salvaguardar ‘ilhas selvagens’” (VIANNA 2008, p. 168). Morsello (2006), citando Quintão (1983), destaca que “entre 1959 e 1961 foram criados 12 parques nacionais, sendo três deles situados em Goiás e um no Distrito Federal”. Porém, na contagem de hoje, existe apenas um total de 11 parques criados nesse período, já que houve a extinção do Parque Nacional de Sete Quedas no final da década de 70 do século passado, que teve como seu maior atrativo, a Corredeira do rio Paraná, inundada pela hidrelétrica de Itaipu (DRUMMOND 1997).

Ainda de acordo com o gráfico 01, é possível perceber o aumento no número de parques para o bioma Amazônia. Assim, é notória a atenção que este bioma vem recebendo nos últimos anos, somente na década de 2000 (ainda vigente) foram criados, até agora, um total de 11 parques, que é praticamente o dobro do total de parques criados em toda década de 1970. O

⁸ ZC- Zona Costeira, PA- Pantanal, MA – Mata Atlântica, CS – Campos Sulinos, CE- Cerrado, CA – Caatinga, AM – Amazônia, essa foi a distribuição encontrada no *site* do ICMBio (2009), porém, essa é a antiga forma de caracterizar os biomas, em 2004 o IBGE em parceria com o Ministério do Meio Ambiente designam apenas seis os biomas brasileiros, a saber: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

bioma Amazônia é ainda aquele que detém maior número de áreas protegidas por parques. O gráfico 02 representa a percentagem da soma de todas as áreas ocupadas por parques no país. Um dos pressupostos para a existência crescente do número de unidades de conservação para o bioma Amazônia, e principalmente, o aumento do número de parques, uma vez que esses ocupam grandes áreas, diz respeito ao avanço dos desmatamentos frequentes que têm ocorrido na região, ocasionando perdas consideráveis para a biodiversidade do bioma.

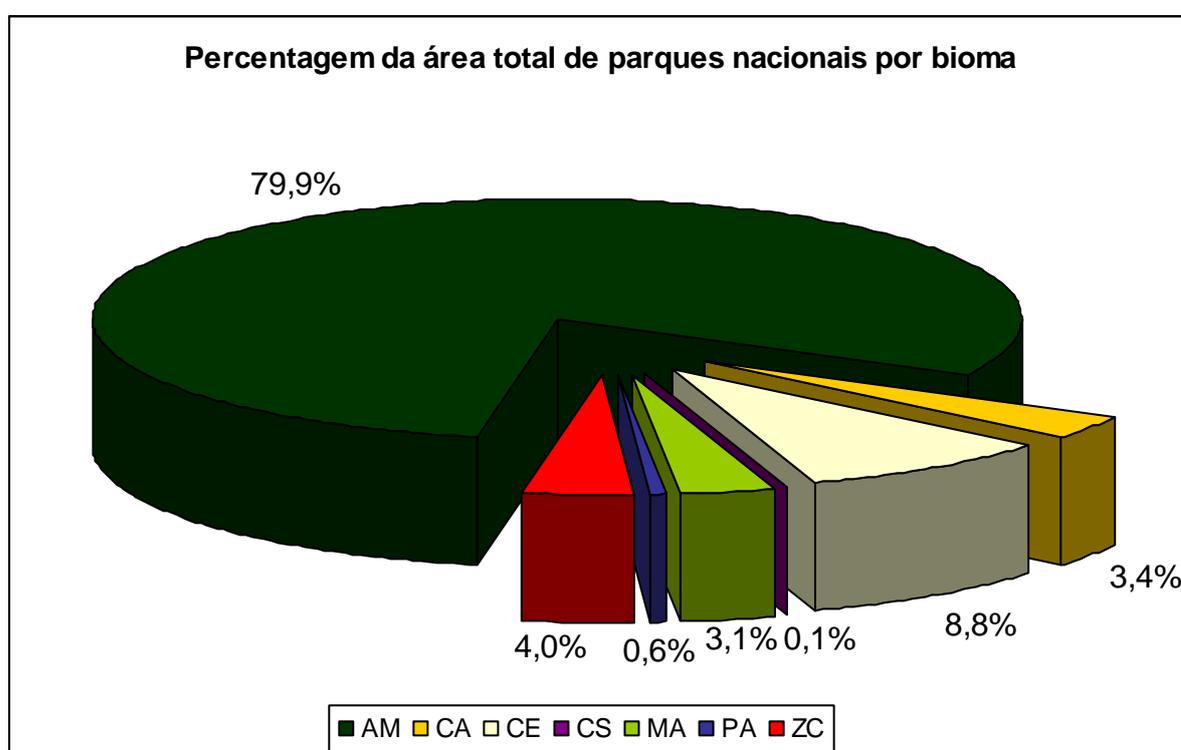


Gráfico 02

Percentagem da área total de parques, distribuída por biomas
Fonte dos dados: www.icmbio.gov

O gráfico 02, do mesmo modo que evidencia o bioma Amazônia como detentor do maior número de áreas ocupadas por parques, mostra também o 4º lugar que o bioma Caatinga, onde se acha localizado o PN-Catimbau, ocupa dentro desse conjunto. A Caatinga já foi negligenciada pelo poder público por se acreditar que era desprovida de belezas cênicas, o que foi acentuado ainda mais pelo tipo de vegetação que possui (DRUMMOND, 1998).

O bioma Caatinga é o único totalmente brasileiro, e se encontrando-se distribuído pelos

estados nordestinos do “Ceará, Rio Grande do Norte, extensa parte da Paraíba e Pernambuco, sudeste do Piauí, oeste de Alagoas e Sergipe, região norte e central da Bahia” (LEAL et al. 2003, p. 3) e parte norte de Minas Gerais. É um bioma rico em biodiversidade, com espécies endêmicas.

O interesse pela Caatinga tem impulsionado, consideravelmente, nos últimos anos, ações governamentais e não governamentais, na busca por diminuir os danos ambientais, cujos exemplos disso referem-se às realizações de encontros que visam discutir ações para sua proteção, visto que está, também, constantemente ameaçado por ações antrópicas.

O PN-Catimbau, o 5º parque nacional criado no bioma Caatinga, é fruto de um desses encontros, o Workshop “Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga”, realizado na cidade de Petrolina (PE), no ano 2000. Neste evento, a área do Parque foi considerada como de extrema importância para o bioma, e por isso se pensou na necessidade de se criar uma UC na área onde está inserido. A figura 03 mostra a distribuição dos biomas e suas relações com os parques nacionais.

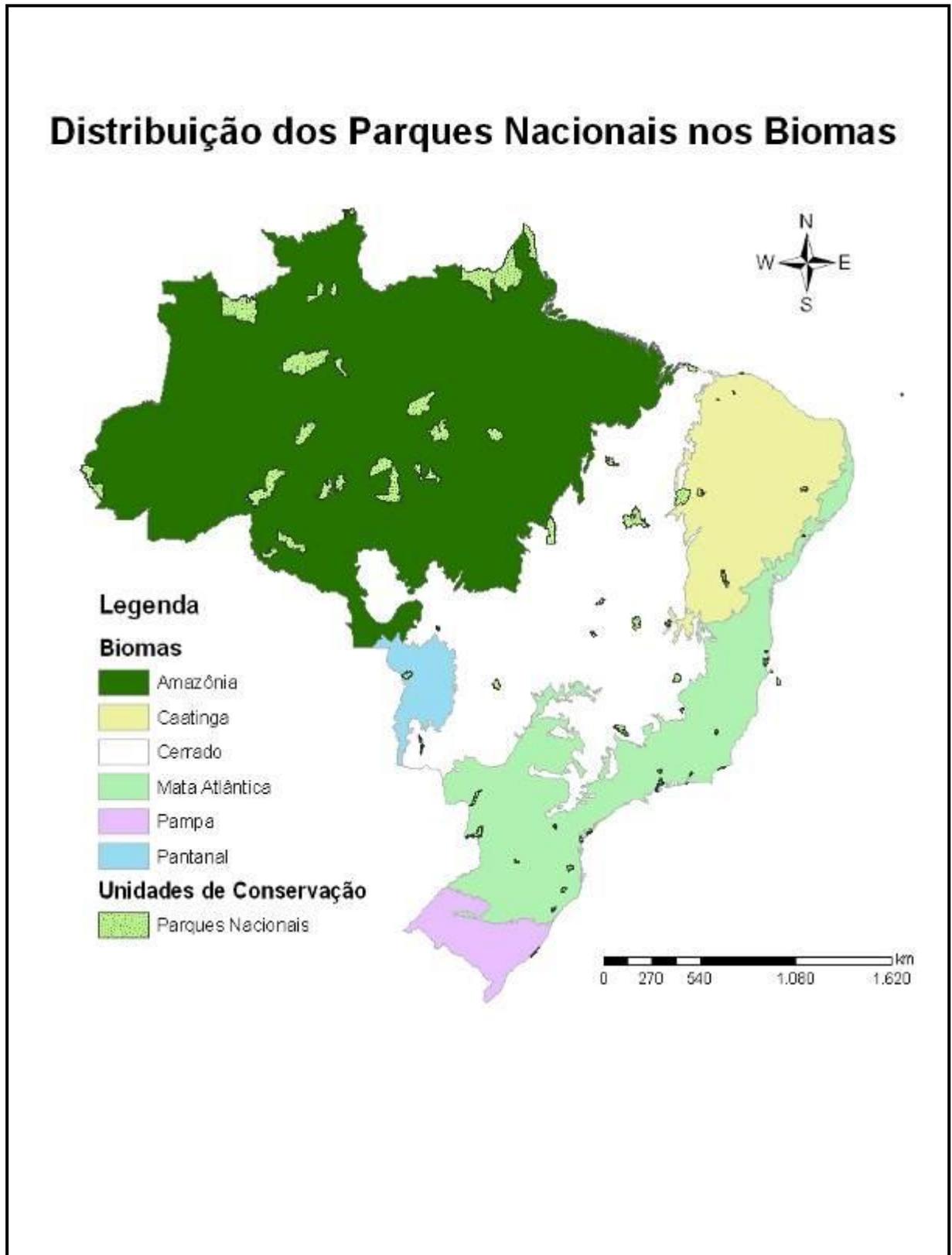


Figura 03
Distribuição dos Parques Nacionais por Bioma
Elaborado pela autora com base cartográfica de IBGE e ICMBio

C) Social

Falar do aspecto social quando se refere à implantação de parques nacionais, é fazer menção a conflitos de opiniões e de rejeição a um modelo de área protegida que não seria, em princípio, compatível com a existência humana. Inúmeras são as críticas geradas em torno da política de desapropriação de áreas protegidas, principalmente quando se trata de parques nacionais, uma categoria bastante restritiva quanto ao uso que se pode fazer dele. Os embates são ainda maiores quando existem conflitos pelos territórios situados na mesma área.

A presença de moradores no interior das áreas protegidas é algo bastante controverso, principalmente quando se leva em consideração que essas pessoas já habitam o lugar desde antes de ter se tornado uma área de conservação. Essa é uma questão que vem sendo bastante discutida, principalmente a partir da década de 70 do século XX, quando se intensificaram as discussões em torno do assunto por entidades internacionais. Diegues (2004), estudioso do assunto, discorda da retirada dos habitantes de áreas protegidas, argumentando que as condições sociais de países em desenvolvimento não correspondem com a realidade de países desenvolvidos, nos quais a política de implantação dos parques nacionais se tem inserido de modo mais forte.

Uma das justificativas dos que apóiam uma natureza separada de intervenções humanas, baseiam-se no argumento de que homem e natureza não são compatíveis no mesmo espaço. Autores como Schaik e Terborgh (2002) apontam que a convivência com determinados animais silvestres é bastante problemática, uma vez que “os seres humanos tendem a temer determinados animais, a comer alguns e a considerar outros ainda como um incômodo” e citam como exemplo a maneira pela qual se relacionam homem e elefantes na África, dizendo que “os elefantes estão ausentes de áreas mais densamente povoadas, porque são mortos ou expulsos pelos seres humanos em defesa de seus cultivos agrícolas” (SCHAIK e TERBORGH, 2002, p.29), os autores defendem a existência dos parques por se tratarem de áreas vitais à perpetuação da biodiversidade em um mundo dominado pelo homem.

As divergências de idéias em torno da maneira de criação dos parques, e a questão social, não acontecem apenas com relação ao uso dos recursos naturais e da fauna, mas também em relação ao uso da área para recreação, em conformidade com o modelo que contempla o lado estético da paisagem. Isso porque, ao mesmo tempo em que os parques não permitem a presença de habitantes em seu interior, conforme justificativas já apresentadas, é permitida a

utilização dessa área por pessoas de fora dela, tendo como justificativa o uso da área enquanto atividade de recreação, o que confirma, de certa maneira, a afirmação de Rodman (apud DIEGUES, 2004) sobre os parques terem sido criados em benefício das populações urbanas, pois valorizam motivações estéticas, demonstrando que a conservação da natureza, nesse caso, ficou para segundo plano.

As discussões em torno da desapropriação de áreas protegidas podem ser encaradas também como algo positivo, uma vez que conflitos gerados pela implantação da lei podem ser o ponto de partida para que aconteçam negociações, conforme aponta Brito:

Conflitos não são totalmente negativos, pois, são com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem às negociações e a busca por mecanismos para regulação e gestão destas. (BRITO, 2008, p.3).

Conforme Brito (2008) ainda, os conflitos não são totalmente negativos, pois através deles é possível que se criem espaços de discussão, possibilitando maior proximidade com a população local, na busca por soluções para seus territórios e interesses. A criação de conselhos gestores, em que o objetivo é aproximar o poder público da sociedade, é um exemplo de que os conflitos podem ser administrados em conjunto. No capítulo 4, o conselho gestor de UC's será abordado de modo mais profundo.

2.2 DO GLOBAL AO LOCAL

Os parques nacionais são, dentre as áreas protegidas, as mais antigas e famosas no mundo. Conforme aponta a literatura, como já dissemos, foi os Estados Unidos o país pioneiro no que tange à introdução de áreas protegidas, com a criação do Parque de Yellowstone. A partir daí o modelo da criação de parque foi difundido como exemplo às novas áreas protegidas a serem criadas no mundo. Transformando-se no que Machilis & Techenell (apud BRITO, 2000) chamaram de “fenômeno global”, já que aquele modelo foi implantado em vários países do mundo. A idéia foi absorvida principalmente nos países em vias de desenvolvimento com o Brasil.

Existem muitas discussões a respeito de se adotar um modelo de implantação de parques nacionais criado alhures, principalmente por se tratar de um modelo que desconsidera a presença de moradores, fato que não se aplica a características de vários países onde foi

implantado. Com efeito trata-se de um país desenvolvido e que por isto possui características distintas dos países que se espelharam em seu modelo. Terborgh e Van Schaik (2002) discutem que não se trata de uma opinião baseada na recusa de um imperialismo cultural, conforme apontam alguns autores. Pretende-se, portanto, valorizar especificidades locais, o que nos aproxima de uma maneira de fazer do mundo um lugar melhor através do encorajamento de pessoas de outras culturas para conservação da natureza. Os autores defendem seus argumentos, apontando que:

O mundo é um mercado livre e aberto de valores culturais. Nós da América do Norte tomamos vinhos franceses, usamos sapatos italianos e dirigimos automóveis japoneses, sem ter nem sequer um pensamento de estar sendo oprimidos por outras culturas. Alias, somos ávidos para ser capturados pela diversidade cultural, assim como todos os cidadãos de países em desenvolvimento, que aspiram aprender línguas ocidentais, voar em jatos e navegar pela internet (TERBORGH e VAN SCHAİK, 2002, p. 32).

As discussões em torno da conservação de áreas são acirradas, já que para os conservacionistas se fazem necessárias algumas medidas a serem tomadas a nível mundial, com o objetivo de evitar maiores perdas, pelas quais a conservação seja de fato garantida. Essas ações contam também com o apoio de organizações internacionais, as quais, via de regra, estão intervindo nos diversos países buscando novos mecanismos para conservação e induzindo práticas ambientais condizentes com a manutenção da natureza. As organizações internacionais são as principais fontes de renda para financiamentos de programas que buscam a conservação em muitos países.

As idéias discutidas no âmbito internacional, através das conferências ambientais, a exemplo, também, da Eco 92, norteiam os países sobre quais as medidas a serem tomadas no sentido de conservar a biodiversidade existente no planeta. Tanto que, como dizem Terborgh e Boza (2006), é de responsabilidade da comunidade internacional a tarefa de desenvolver mecanismos de proteção à natureza. Contudo, estes mesmos autores argumentam que muitos países em desenvolvimento sequer possuem vontade de cooperar para a defesa da natureza, muito menos considerar as necessidades de existência das pessoas a ela vinculadas. Dessa forma, fica claro que as questões econômicas globais são levadas em conta, muito mais do que as questões ambientais; mesmo quando se está pretendendo defender a idéia da criação de mecanismos de conservação da natureza. Assim sendo, as pressões internacionais, ditam as regras globalmente, dificultando países como o Brasil a tomar suas próprias decisões acerca das suas questões ambientais.

Vale a pena ressaltar que, por melhores que sejam as intenções, as leis – como as que regem a implantação de parques nacionais – não podem ser concretizadas à revelia dos territórios vividos. Desse modo, chamamos a atenção para o fato de que:

[...] um dos mais graves erros do pensamento moderno, cujos efeitos ainda sentimos, foi confundir sociedade com associação, que é, aproximadamente, o contrário daquela. Uma sociedade não se constitui por acordos das vontades. Ao contrário todo acordo de vontades pressupõe a existência de uma sociedade, de pessoas que convivem, e o acordo só pode consistir em definir uma ou outra forma dessa convivência, dessa sociedade com união contratual, portanto jurídica, é a mais insensata tentativa já feita de se colocar o carro na frente dos bois. [...] Querer que o direito reja as relações entre seres que não vivem previamente em efetiva sociedade parece-me e perdoem-me a insolência – uma idéia bastante confusa e ridícula do que é o direito. (SÁ, 2009, p.8).

Apesar de ser uma opinião um tanto radical contra o direito – e as suas diversas manifestações – que predomina na sociedade moderna no Brasil, a citação acima colocada representa bem o debate que estamos querendo empreender com esta dissertação. Desse modo, indagamos de que maneira é válida a execução de uma lei que cria parques nacionais – como tantas outras – para conservar o meio ambiente, desconsiderando a sua dimensão social, isto é pessoas que precisam dessas áreas para serem cidadãos.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Os parques nacionais têm início com a criação de Yellowstone, nos Estados Unidos, que serviu de modelo para que outras áreas fossem criadas, de acordo com seus critérios. O Brasil foi um dos países que absorveu esse modelo, que acabou por influir na criação dos primeiros parques em território nacional.

O principal objetivo dessas áreas é a conservação de atributos relevantes da biodiversidade. Porém, recebe críticas quanto ao modelo que lhes serviu de inspiração. A grande discussão apresentada diz respeito ao Brasil possuir características distintas do país de origem do modelo, principalmente quando diz respeito à questão social, e negligenciando as necessidades reais das pessoas que se situam historicamente nessas áreas; sendo este um dos principais problemas enfrentados para que a área seja de fato implantada de modo a atender os interesses dos moradores locais.

Os parques obedecem a um modelo global de implementação, que não é compatível com a realidade de muitos territórios onde foram empregados. Por outro lado, existe ainda uma motivação internacional que sustenta a criação dessas áreas protegidas, baseada no discurso de que é preciso conservar para as gerações futuras.

3 O TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU E A PROBLEMÁTICA SOCIAL DA SUA DELIMITAÇÃO

A delimitação de áreas de interesse público, como é o caso das áreas protegidas – principalmente as relativas aos parques nacionais – muitas vezes se confunde com os interesses privados de determinados grupos sociais habitantes dos espaços contíguos, geralmente em consonância com interesses externos. No entanto, do ponto de vista social, são esses interesses que prevalecem em detrimento dos interesses dos moradores dessas áreas, passando por cima o interesse público conforme assinala a Lei do SNUC. Sendo assim, é inevitável que conflitos de idéias se configurem e se confrontem, já que nesses espaços, encontram-se ações de intervenção do Estado, para a formação das áreas protegidas, e o desejo de permanência dos moradores que já construíram seus territórios de vida no lugar.

Esses conflitos configuram relações de poder e “disputa” pelo território, uma vez que cada uma das partes (moradores e Poder Público) almeja condições diferenciadas de usos para o lugar, ou seja, o morador deseja seu espaço de moradia e trabalho, enquanto que o Estado executa ações no sentido de fazer prevalecer práticas de conservação ambiental.

É o que acontece nos limites do PN-Catimbau, onde a delimitação territorial para fins de preservação coincidiu com a delimitação de outro(s) território(s), causando choque entre a nova territorialidade, exercida pelo Estado formando o Parque, e a territorialidade ali existente, construída pelos moradores historicamente presentes em grande parte, ocupando porções de espaços com finalidades de moradia e trabalho agrícola. A figura 04 mostra, esquematicamente, o processo de delimitação territorial do parque em questão.

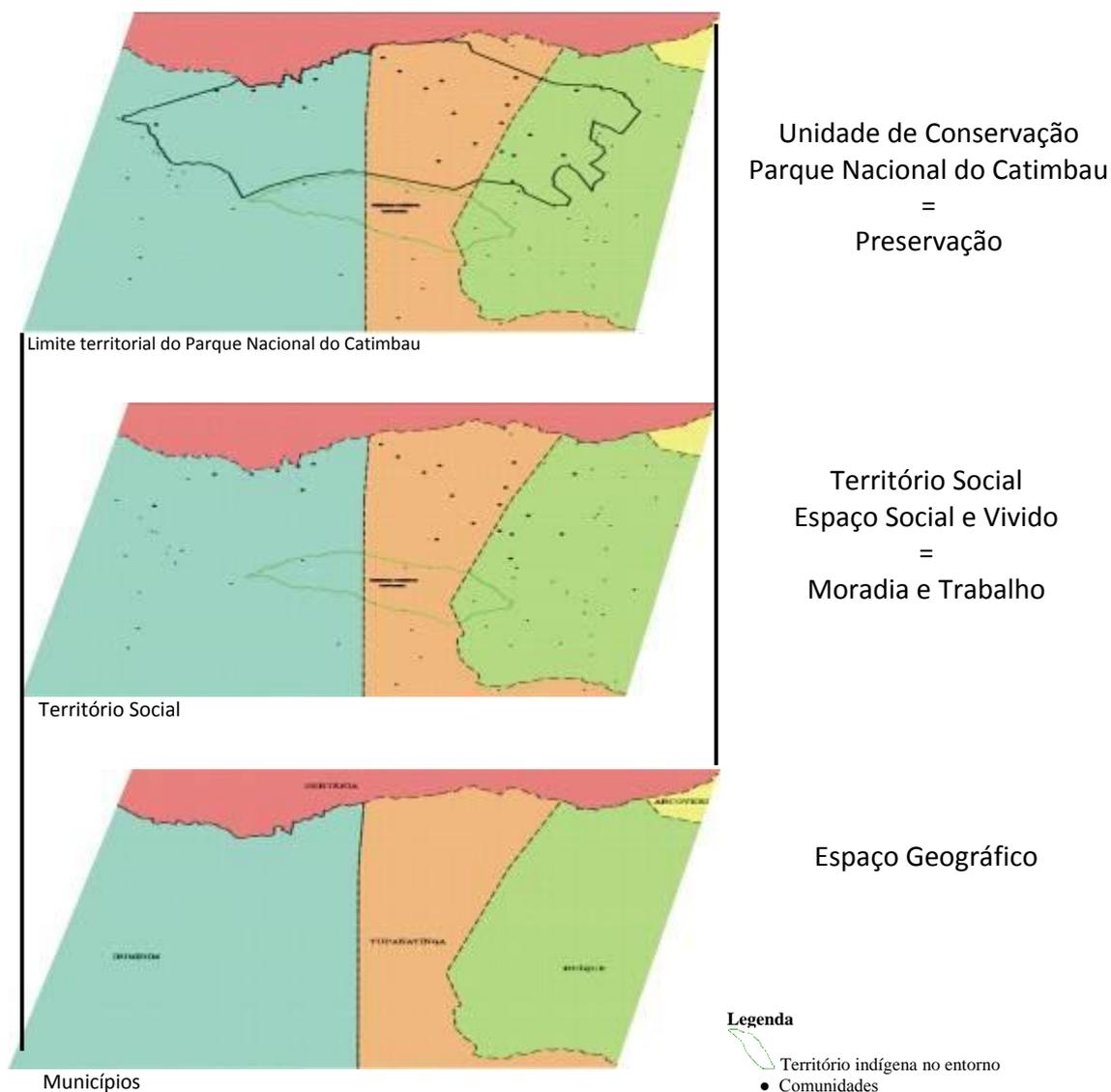


Figura 04
Construção Territorial

Elaborado pela autora baseado em Depraz (2005). Base cartográfica IBAMA

O esquema apresentado acima ilustra a sobreposição territorial dos espaços de vida no interior do PN-Catimbau. Visualizando este esquema, de baixo para cima, nota-se, por exemplo, a presença dos territórios municipais, dos territórios sociais e do território do Parque.

O Parque Nacional do Catimbau é aqui pensado enquanto território, na medida em que se trata de uma porção de espaço delimitado⁹, e, portanto, indissociável das relações de poder. Deste modo, é possível entender o território em tela segundo o ponto de vista de Raffestin, quando este autor diz que território:

⁹ Essa é a mais popular definição para o termo território apontada por diversos autores.

[...] é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa)..., é – também – um espaço onde se projetou um trabalho...e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN 1993, p. 143).

De forma mais geral, pode-se encontrar em Haesbaert (2007, p.43), citando Di Méo (1998), que o termo território deriva do latim “*territorium*”, o qual, no Império Romano, era tido como “pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisprudência político-administrativa”. O autor ressalta ainda, utilizando a *Gramática da Língua Latina* de Roby¹⁰ (1881), o território como “lugar de onde as pessoas são expulsas ou advertidas para não entrar”.

Essas duas definições apresentadas acima foram a base teórica, no primeiro momento, para se entender o Parque enquanto território. No entanto, diversos autores chamam atenção para a pluralidade de abordagens que se pode dar ao conceito de território, face à complexidade que o tema envolve. Porém o intuito aqui não é o de aprofundá-las, mas utilizar o conceito de maneira complexa como referência para o entendimento do território do PN-Catimbau. O qual passa também a coexistir com outras formas de território a exemplo daquelas atinentes às dimensões municipais e à vida dos moradores.

Para um melhor entendimento do território estudado, optou-se por utilizar, ao mesmo tempo, a dimensão política e social, tendo inspiração na análise apresentada pelo autor francês Depraz (2005), visto que o mesmo já havia inserido estas dimensões para aprofundar sua apreciação no plano afetivo em parques nacionais alemães. Este autor considerou, ainda, a dimensão psicológica para entender o território.

Para ele, a dimensão política em um parque nacional parte do princípio de que este é resultado de uma decisão governamental do tipo “*top-down*”¹¹, sem consulta anterior às populações que lhes dizem respeito. A social diz respeito à vontade coletiva de resistência afetada por um sentimento de impotência frente às decisões do grupo que deu origem ao parque (uma elite científica), em função, principalmente, dos vínculos históricos que eles têm com o lugar. Por fim, a psicológica, com base na série de imposições que o parque determina a seus moradores interditando seus espaços de pertencimento a um território identitário (DEPRAZ, 2005, p. 4-5).

¹⁰ ROBY, H. 1881 A Grammar of Latin Language. Londres e Cambridge: Macmillan & Co.

¹¹ Expressão inglesa que pode ser traduzida como “de cima para baixo”.

A análise feita por Depraz serviu de inspiração e exemplo para o território aqui estudado, uma vez que é possível fazer alusão as condições dos parques brasileiros, sob o ponto de vista das suas dimensões política e social. Porém, não por completo, pois, ao contrário do que diz o autor quando se refere a “não consulta prévia da população local”, no Brasil existe a ferramenta da consulta pública para criação de uma Unidade de Conservação, conforme disposto no artigo 22 da lei do SNUC, ainda que, muitas vezes, não ocorra na prática o que está previsto na lei; e isto em função, também, do desconhecimento das leis pelos próprios moradores do lugar.

Desta forma, faremos uso de duas das três dimensões propostas por Depraz, sendo, portanto, uma **política** (quando se referir à territorialidade do Parque) e outra **social** (fazendo menção à territorialidade construída pelos moradores), pois compreendemos que a dimensão psicológica já está contida na dimensão social. Teremos como suporte a essa análise as “vertentes básicas do território”¹², apontadas por Haesbaert (2007, p. 40), assim temos:

Político (referida as relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): ...onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes... relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou símbolo cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

O território possui uma dimensão política na medida em que há controle espacial pela área, ocorrido após a delimitação e institucionalização da área enquanto Parque por parte do Estado, ao mesmo tempo em que não estão indissociadas das relações de poder que apóiam a busca pela conservação. Enquanto que a dimensão social, apoiada também na vertente cultural proposta por Haesbaert, é aquela mais próxima das pessoas que habitam o interior da UC. A contextualização desse território apóia-se também nas idéias de espaço social e vivido analisadas por Di Méo (1998), uma vez que este considera esses espaços como os maiores elementos constituintes do conceito territorial¹³, em que

[...] espaço social qualifica os lugares da biosfera tecidos por entrelaços de relações sociais e espaciais. É uma questão de identificação de uma nova

¹² Haesbaert (2007 p. 40), em síntese que fez sobre as várias noções de território, aponta para quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica e “natural”.

¹³ « ... deux éléments constitutifs majeurs du concept territorial, sa composante espace social et sa composante espace vécu. » (DI MEO 1998, p. 37).

fibra, ao mesmo tempo espacial do social e social do espacial [...] [...] espaço vivido exprime, ao contrário, a relação existencial, necessariamente subjetiva que o indivíduo socializado (então informado e influenciado pela esfera social) estabelece com a terra [com seu lugar]. Ele se impregna de valores culturais refletindo, em cada indivíduo, o pertencimento a um grupo localizado... (DI MÉO, 1998, p. 37)¹⁴ [tradução da autora].

Sendo assim, o espaço social corresponde à imbricação de lugares e de relações sociais, o vivido possui uma dimensão simbólica e subjetiva. Essa idéia pode ser vista também em Haesbaert (2007), ao apontar para os dois sentidos implícitos ao território: um material e outro dos “sentimentos que o território inspira”, demonstrando que, embora o espaço físico seja dotado de ações concretas, existe, ao mesmo tempo, uma dimensão mais subjetiva, a qual não é considerada como prioridade pela política pública quando diz respeito à criação de Parques Nacionais no Brasil, haja vista que o grande objetivo dessa política está voltado para a conservação ambiental. Para melhor visualização e compreensão das dimensões territoriais discutidas e propostas neste estudo, foi pensado o esquema mostrado na figura 05.

¹⁴ « ...l'espace social qualifie des lieux de la biosphère tissés par entrelacs des rapports sociaux et spatiaux. Il s'agit donc de l'identification d'une nouvelle fibre, à la fois spatiale du social et sociale du spatial...
...espace vécu exprime, au contraire, le rapport existentiel, forcément subjectif, que l'individu socialisé (donc informé et influencé par la sphère sociale) établit avec la Terre. Il s'impregne de valeurs culturelles reflétant, pour chacun, l'appartenance à un groupe localisé... » (DIMÉO, 1998, p.37).

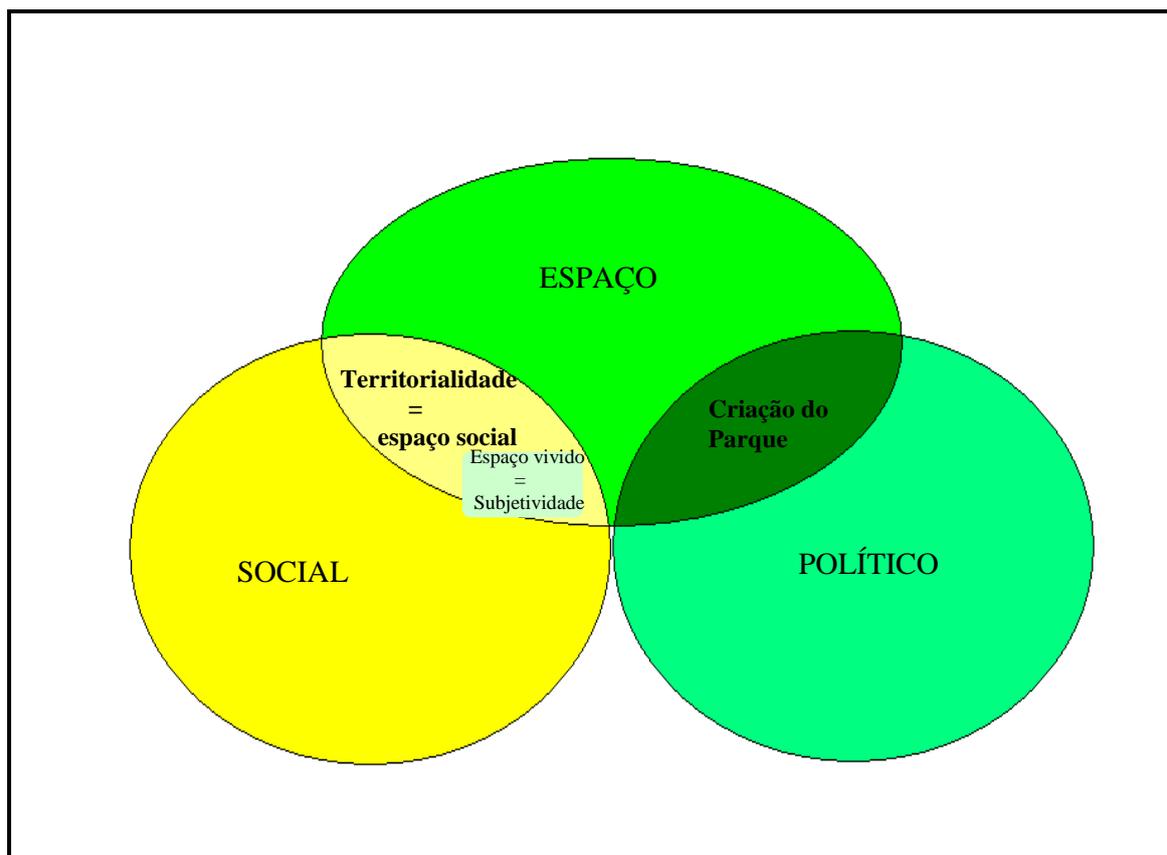


Figura 05
Representações Territoriais
 Elaborado pela autora

De acordo com o esquema apresentado na figura supracitada, é possível perceber a diversidade que pode existir em cada território, conforme apontou Haesbaert (2007), o sentido material (ou espaço) é comum às duas dimensões, porém, a representação material (espacial) difere para cada uma das partes, mas somente a social é dotada de um sentido mais subjetivo. Isso acontece porque é ali que existe a “relação existencial” (DI MÉO 1998), fruto da vivência de cada uma das pessoas, que acaba por se refletir em seu território de vida.

Entretanto, se for levada em consideração a atividade turística praticada na área do território político, é possível dizer que existe também uma subjetividade nesta dimensão, sob o ponto de vista de que existe um imaginário na mente das pessoas, segundo o qual a paisagem apresenta-se dotada de belezas naturais, de natureza selvagem e preservada, longe de intervenção humana. Seria então, a idéia de “paraíso selvagem” apontada por vários autores, como Diegues (2004), a qual é, geralmente usada para fazer negócios, obedecendo, portanto e sobretudo, a interesses particulares.

Com efeito, sobre a relevância do território de vida e práticas humanas, convém ressaltar que:

[...] o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros. E isso é ao mesmo tempo um prazer e um desafio. (MASSEY, 2008, p.14).

Ao contrário, entende-se aqui por desterritorialização processo de saída do território, conforme assinala Haesbaert (2007), citando Deleuze: “[...] não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (p.99). De acordo com o argumento apresentado pelo autor, é possível fazer a ligação com a exigência da lei em retirar os moradores do interior das áreas protegidas de proteção integral, ou seja, retirar do território a dimensão social, consumando a desterritorialização, mas ao mesmo tempo, territorializando o Parque Nacional. Desse modo, territorialização e desterritorialização fazem parte de uma única realidade complexa em permanente processo de configuração.

3.1 TERRITORIALIDADES HERDADAS: A DIMENSÃO SOCIAL

Entendendo territorialidade, também, como as práticas sócias realizadas dentro e a partir de um território, é possível encontrar no território social, aqui designado, pessoas que possuem uma forte ligação com seu espaço de vida e vivido, uma vez que se trata de espaços com um valor simbólico significativo, visto que foi também ocupado por seus antigos familiares, que tiveram importância significativa nas práticas territoriais que ainda estão presentes na maneira de ser e viver dos grupos ali existentes. São heranças baseadas em conhecimentos empíricos e que acabaram constituindo, também, identidades com seu território. Estes moradores estão dispostos em pequenos grupos de habitações, onde é possível encontrar fortes laços de parentesco e vizinhança enraizados no espaço vivido.

Esses grupos sociais estão distribuídos, como já vimos, entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, dentro do limite do PN-Catimbau. Em sua maioria, são pessoas ocupadas, com o trabalho agrícola, ocupantes de pequenos pedaços de terras geralmente historicamente herdadas, sem documentação oficial, ou seja, sem escrituras que comprovem

que são proprietários da terra que ocupam. O que acaba por caracterizar seu espaço de vida como sendo de pequenos posseiros que vivem da agricultura e da criação de animais.

As lavouras mais encontradas são as de feijão, mandioca, macaxeira e milho, que são a base alimentar dos moradores da região. Josué de Castro (2002)¹⁵ chamou a nossa atenção para o comportamento alimentar do sertanejo, destacando os produtos essenciais na dieta dessa população. Evidencia em especial o “milho associado a outros produtos regionais”, conformando a chamada “área do milho” na região do Agreste, **Caatinga** [grifo da autora] e Alto Sertão. Para o autor, “é esta zona das secas uma área alimentar do milho” (CASTRO, 2002, p.158). Mas, outras plantações podem ser encontradas no local, como as de melancia e palma, sendo esta última muito comum, usada na alimentação dos animais. Portanto, essas terras são de fundamental importância à vida dos moradores da área.

Imbuídos em suas técnicas específicas de práticas territoriais, eles parecem distantes, no entanto, do sentido de meio ambiente preservado e conservado que se vê agora empregado ao lugar. Isso porque, de acordo com a forma como é por eles trabalhada a terra, através das queimadas, mesmo que controladas, essa técnica não configura um “ato” aceitável para os moldes do que pregam as normas do Parque. Porém, essa técnica, na visão dos moradores, não é feita no sentido de destruição, mas como uma prática de limpar a área, como forma, por sua vez, de preparar a terra para o plantio de suas culturas (Figura 06).

¹⁵ Este cientista social dedicou uma parte do seu livro Geografia da Fome para falar da “Área do Sertão do Nordeste”



Figura 06
Terra em processo de preparação para o plantio
Foto: P. Vranckx em outubro de 2009

A aplicação das regras empregadas, pela conservação, para o território social, pode ser compreendida como uma forma “inicial” de desterritorialização¹⁶ se for levado em consideração que essa regulação descaracteriza, de certa maneira, o modo de vida das pessoas. Todavia, segundo algumas pessoas entrevistadas “continua tudo do mesmo jeito”, enfatizando que os moradores não conseguem seguir as orientações do que pode e do que não pode ser feito em uma Unidade de Conservação, em função das suas próprias necessidades de vida. Segundo um entrevistado:

“O homem que tá ali, nasceu e cresceu explorando a terra, da mesma forma que fazia seu avô, seu pai, e será da mesma que vai ensinar para seus netos. Em busca de subsistência eles vão desmatar, para queimar e fazer carvão. São pessoas que armam armadilhas para caça de pequenos animais, como preá, cassaco¹⁷, teju... para se alimentar. É uma cultura difícil de reverter, e não será com uma reunião de conscientização que muda, quem sabe até

¹⁶ CATTANEO (2004) também observou esse processo quando estudou a identidade territorial em Unidades de Conservação.

¹⁷ Cassaco ou timbu, são nomes populares para um tipo de gambá comum na região.

mude quando mudar a geração.” (Entrevista com morador, concedida em janeiro 2009).

A fala do entrevistado acima enfatiza o modo de vida das pessoas, reforçando sua territorialidade construída com base em heranças, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de se fazer criar um ambiente de conscientização, principalmente para os mais jovens.

Como dito anteriormente, muitas dessas terras são fruto de heranças de gerações anteriores, o que acaba justificando a ausência de provas concretas em papel, porém, alguns moradores dispõem de cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o que configura, de certa maneira, algo positivo para os habitantes. Daí, outro problema que pode ser percebido nesse território, como já mostramos, diz respeito à falta de documentos que comprovem a veracidade das terras como propriedade legítima, um valioso instrumento para o momento da desapropriação (até o momento indefinida, está sob dependência de verbas para que seja consumada) e conseqüentemente de uma possível indenização, que tem por base, também, o tamanho do terreno segundo o que consta na documentação.

Embora o território social esteja passando por algumas situações de incertezas, existe por outro lado um quadro que configura certa tranqüilidade na vida das pessoas, trata-se de conquistas como energia elétrica e construção de cisternas, frutos de programas governamentais de ação social. A energia é parte do programa do Governo Federal de eletrificação rural, do Programa luz para todos, foi implantado em alguns sítios há aproximadamente quatro anos, enquanto que as cisternas são parte integrante do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) da Articulação do Semi-Árido, sendo executado com a ajuda de parte da Pastoral da Criança de Buíque. Trata-se de um programa que visa levar água potável de qualidade para consumo humano às famílias que são desprovidas desse elemento, capturando água da chuva. Um dos fundamentos, que motiva a Pastoral da Criança a trabalhar em prol da construção das cisternas (figura 07), além de tornar democrático o uso da água, é buscar contribuir para a erradicação da mortalidade infantil¹⁸.

¹⁸ Foco do trabalho da Pastoral da Criança.



Figura 07

Cisterna ao lado da casa

Foto: P. Vranckx em janeiro de 2010

3.1.1 Os territórios vividos na área do Parque

A área do PN-Catimbau contém, em seu interior, 36 “comunidades”¹⁹, dentre as quais consideramos 10 na nossa pesquisa, as quais estamos chamando de territórios vividos que possuem semelhanças e diferenças em função das especificidades socioculturais de cada uma. Esse número deve-se, sobretudo, ao fato de termos realizado nossas pesquisas de campo diretamente em sete delas com moradores do lugar; as três restantes foram consideradas através de contatos externos, diretamente na feira de Arcoverde, a mais próxima dos moradores da parte norte, que se realiza aos sábados. As conversas com os moradores da área do Parque, nessa feira, foram realizadas com o objetivo de estabelecer contatos com pessoas da parte norte da área, em função, principalmente, de dificuldades no que concerne aos percursos entre a cidade e as referidas áreas.

¹⁹ Apesar de algumas localidades não serem propriamente comunidades, no sentido de haver união, continuamos a usar este termo porque os próprios reconhecem-se como tais.

As semelhanças encontradas dizem respeito a aspectos como: base econômica de cunho agrícola; territórios recebidos como herança de parentes, remontando até 6 gerações, e principalmente o sentimento de medo de ter que sair de seus territórios com a implementação do Parque Nacional, deixando para trás não apenas o que construíram no plano material mas também no imaterial. A fala de um morador deixa isso bem claro quando diz: “Virar Parque não foi ruim, ruim foi saber que tinha que sair, isso mexeu com o pessoal”, o que demonstra, de certo modo, o apego que as pessoas tem ao lugar onde habitam, conforme ressalta o Cacique Seattle (1854), em um trecho de sua carta enviada ao governo Americano: “A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence a terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado”.

Ao mesmo tempo, os aspectos que apresentam maiores diferenças e que repercutem na forma como organizam seus espaços de vida e vividos, são: localização (acesso a informações, água, articulação política, entre outros.), hábitos (a esse respeito disse um morador: “cada comunidade tem seu jeito”) e história de cada lugar.

A comunidade Porto Seguro, por exemplo, apresenta uma configuração espacial peculiar que nos permite observar tanto os aspectos de semelhança quanto os de diferenças.

Esta Comunidade entra aqui para ilustrar a situação de um território em que, também, a dimensão simbólica fica mais evidente, imbuída de subjetividade, aproximando-nos do conceito mais complexo de território que assumimos nesta pesquisa; que também está passível de ser desterritorializada na medida em que está inserida na área do Parque.

Trata-se de uma comunidade fundada por Cícero José de Farias, que acreditava ter recebido uma missão de fundar um reino de paz na terra²⁰, e assim assumiu o nome de Israel, como nome de missão; popularmente passou a ser chamado de “Meu Rei”. Em suas andanças por vários lugares juntou adeptos que se identificaram com seu discurso, e ao tomar conhecimento das cavernas que existiam na área do Vale do Catimbau, em 1965, mudou-se para lá com alguns fiéis. Aos poucos, foram chegando mais adeptos, que passaram a comprar porções de terras nas proximidades, e, deste modo, o número de membros na comunidade começou a aumentar.

No auge da fundação do Reino, foram construídas 45 casas de alvenaria, ocupadas por

²⁰ Texto baseado nos depoimentos de membros da comunidade.

aproximadamente 33 famílias. Eram constituídas por aposentados, negociantes com atividades dentro e fora da comunidade, e por crianças que recebiam educação básica lá dentro mesmo, pelos membros mais velhos que estudavam fora. Algum tempo depois, a comunidade teve implantada em suas terras uma escola municipal.

A Fazenda Porto Seguro, como também pode ser chamada, cresceu em meio às dificuldades naturais do terreno. Todos viviam segundo conceitos de paz, pregados pelo líder e, em comunidade, chegaram a criar sua própria moeda, o talento que circulava por entre seus membros. A conjuntura da Fazenda atraiu a atenção de curiosos e de especuladores, passando assim, a receber atenção por parte de cientistas, turistas e da mídia. O que fez também aumentar o número de membros, e cada vez mais o de turistas.

A comunidade considera-se pioneira no turismo da área, visto que a Serra dos Breus atraía um grande número de pessoas, ora interessadas nas paisagens de belezas cênicas (figura 08), ora motivadas pela presença e história da comunidade, assim como pela oportunidade de realização de pesquisas científicas.



Figura 08
Pedra furada, trilha da Serra dos Breus
Foto: Elvira de Paula, em janeiro de 2010

Com a morte de seu fundador, em 1999, não deixando sucessor, a comunidade foi, aos poucos, desfazendo-se; dos poucos que restaram, alguns eram nativos. Quem ficou no lugar não quis abdicar de sua história, e, deste modo, o grupo que resistiu resolveu fundar uma associação para a administração de bens e de como continuar no lugar. O regimento possui como fundamentos às idéias e os ensinamentos deixados, como receber bem, ecumenismo, respeito à natureza, ao sagrado e ao território dos vizinhos. Atualmente, a comunidade conta com 5 famílias residentes, porém existem ainda aqueles que moram nos municípios vizinhos, que frequentam o lugar nos finais de semana.

As pessoas do lugar consideram-no, portanto, como um espaço sagrado e, ao mesmo tempo, simbólico, pelo que ele representou no passado e ainda representa na história de vida dos moradores que ali permaneceram.

3.2 NOVA TERRITORIALIDADE PARA O LUGAR

O Parque Nacional do Catimbau está localizado em uma área de transição Agreste/Sertão, no semi-árido do estado de Pernambuco (figura 09), com forte potencial representativo do Bioma Caatinga, somando-se a isto a riqueza geológica e arqueológica dos sítios encontrados no local.



Figura 09
Mesorregiões de Pernambuco
 Elaborado pela autora, com base cartográfica do ZAPE e ICMBio

Os primeiros passos para a criação da UC aconteceram no Workshop “Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga”, realizado na cidade de Petrolina, em 2000. Naquele momento, foram levantados pontos relevantes para que fosse feita na região uma intervenção no sentido de conservar a biodiversidade ali existente, já que o local foi considerado como “Área de Extrema Importância Biológica” (SNE, 2002).

Ainda segundo a SNE (2002), outro fator relevante que impulsionou a existência da UC na categoria de Parque, foi a beleza cênica e exuberante do local, marcada por formações rochosas areníticas da Formação Tucano-Jatobá, erodidas pela ação do vento e da chuva, ao mesmo tempo em que no local já havia um grande fluxo de turistas. A existência do parque é também uma solicitação da comunidade científica. Neste sentido, Siqueira (2006) aponta, numa “monografia intitulada “Estruturação dos Atrativos Turísticos de Buíque – PE: uma proposta de desenvolvimento sustentável do turismo para o Vale do Catimbau”, defendida em 2001 na UFPE, Recife”, a potencialidade da área como um dos pontos de partida para que fosse pensada a criação de uma Unidade de Conservação na região.

Uma vez criado, o Parque passou a exercer sua territorialidade de acordo com a política territorial a qual está inserido, uma vez que a realização dessa política pública passa por “processos de normatização” (VALLEJO, 2005), que servem de guia à sua execução, buscando como finalidade a conservação ambiental da área para ele delimitada; ao mesmo tempo em que passou a associar paisagem e território, haja vista que a institucionalização das paisagens acompanha e reforça os territórios políticos (DI MÉO, 1998).

O turismo no Parque Nacional do Catimbau é uma atividade que movimenta parte da economia local, pois a beleza cênica do lugar atrai um número considerável de visitantes todos os anos. Embora a atividade turística seja uma forma de obtenção de lucro para moradores locais, ela não é tão expressiva, pois a maioria dos envolvidos com o turismo no local possui outra fonte de renda.

Para se chegar ao Parque, o principal acesso é pelo município de Buíque, até à Vila do Catimbau, em estrada de terra, os principais atrativos estão distribuídos em 10 trilhas ecológicas, possíveis de serem visitadas mediante o acompanhamento de um guia local contratado na Associação de Guias de turismo do Catimbau – AGTURC, localizada na praça da própria vila (figuras 10 e 11). Existe ainda outro acesso ao Parque, feito pela Vila do Carneiro, também em estrada de terra chegando ao sítio arqueológico do Alcobaça, local onde pode ser visitado um grande paredão com inscrições rupestres, conforme apresentado na figura 12.



Figura 10
Placa de divulgação da Associação de Guias de Turismo do Catimbau
Foto: P. Vranckx, em setembro de 2009



Figura 11
Vista a partir da trilha das torres
Foto: Christiane Fonseca, em julho de 2009.



Figura 12
Paredão com inscrições rupestres, trilha do Alcobaça
Foto: P. Vranckx, em junho de 2007.

A área do Parque é também um lugar muito apreciado para a realização de pesquisas científicas nos diversos campos de pesquisa, visto que se trata de uma amostra do Bioma Caatinga em uma área com grande potencial geológico, demonstrado pelas formações areníticas; arqueológico, com a presença de sítios arqueológicos onde é possível encontrar inscrições rupestres do tipo nordeste e agreste e cemitérios dos nossos ancestrais; de fauna e flora, onde ainda podem ser encontrados animais próprios da caatinga e uma vegetação típica desse bioma; paisagem exuberante e turística, que já transformaram o lugar em cenário para filmes.

A partir de sua criação, as autoridades competentes vêm fazendo esforços junto com os diversos segmentos da sociedade em prol da preservação e conservação do Parque. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que a área se ache de fato de acordo com o que prega a teoria de uma Unidade de Conservação.

Essas ações vêm, portanto, constituindo uma nova territorialidade – institucional – no lugar, coexistindo com a territorialidade anteriormente existente, a dos moradores da área.

3.3 (DES)TERRITORIALIZAÇÃO: UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL

Sabe-se que a criação de Unidades de Conservação ao mesmo tempo em que possui como finalidade a proteção ambiental de uma determinada amostra da biodiversidade, possui também um impacto social quando criado em áreas já habitadas,

As Ucs são territórios regidos por normas associadas a determinados objetivos implícitos aos atos administrativos de tal criação. O Estado estabelece um conjunto de regras e limites para as atividades internas e externas buscando-se o estabelecimento de uma ordem territorial que contribua na preservação de perpetuação dos atributos naturais. No caso dos parques essas regras e limites tendem a ser mais rígidos por se constituírem em áreas de posse e domínio públicos estando sujeitas a desapropriação. (VALLEJO, 2005, p. 33).

No Brasil, embora as UCs sejam estabelecidas por regras institucionais, a questão social nessas áreas se apresenta como um problema quase que “típico”, pois em grande parte das áreas protegidas com características de uso indireto, a exemplo dos parques nacionais, possuem habitantes em seu interior e/ou às suas proximidades, mesmo que isso não seja uma regra. Dilermando Cattaneo realizou um estudo sobre o tema tendo por base a identidade territorial

de famílias habitantes em Unidades de Conservação; com o que chamou a nossa atenção para os problemas que podem acontecer sob a forma de diversos aspectos nessas áreas. Assim, segundo o autor:

É notoriamente sabido que quase a totalidade destas unidades tem moradores em seu interior, e quando não os tem os impasses passam a se refletir na comunidade do entorno, que muitas vezes é diretamente afetada pelas políticas e planejamentos orientadores de sua criação e implementação. Deste modo, aparecem impasses relativos ao uso do solo, à atividade agropecuária e extrativa, à utilização dos recursos hídricos, à caça, pesca e exploração vegetal, a construção de moradias ou benfeitorias e, claro, à própria permanência da população. (CATTANEO, 2004, p. 62-63).

As considerações do autor são relevantes para se entender como podem ocorrer os referidos impasses. No entanto, a solução para esses problemas, quase sempre é muito demorada, e em muitos desses territórios protegidos, as populações que passaram a ser parte integrante dessas áreas delimitadas têm cessadas suas atividades, às vezes completamente. Essa situação pode se revelar como uma “perda simbólica do território, em função das restrições e repressões ao seu modo de vida. Há de certa forma, uma des-territorialização desta população, mesmo que continue vivendo no mesmo lugar” (Ibidem 2004, p. 73). Trata-se de um problema que interfere na maneira de viver e de se comportar desses grupos sociais.

Para a população que habita em territórios situados no interior do PN-Catimbau, os primeiros momentos de contato com a territorialidade do Parque foram tensos, e ainda são, porém com menos intensidade, haja vista que, passados alguns anos após a sua criação, houve alguns avanços no que diz respeito ao relacionamento de ambos. Siqueira (2006) apontou a dificuldade de relacionamento e comunicação existentes no início da criação do Parque. Entretanto, um passo importante nesse sentido foi dado com a criação do Conselho Consultivo do Parque, que terá, pelo menos teoricamente, a oportunidade de juntar sociedade civil e política para discutir, em conjunto, assuntos inerentes à UC em causa. Assunto que será abordado no próximo capítulo.

Durante a realização da pesquisa de campo, no momento das entrevistas que realizamos com moradores locais, ainda foi possível encontrar pessoas que não se acham informadas sobre o que acontece na área, a maior parte delas reside nas comunidades mais distantes da Vila do Catimbau (um ponto, considerado por nós, estratégico, pois é lá onde “tudo acontece”). Por outro lado existem aqueles que se consideram informados porque foram em busca das informações; e, por fim, encontramos os que se consideram informados porque participaram

das reuniões acontecidas em sua comunidade. Segundo um morador:

“Nem tudo estamos sabendo, mas o que sabemos é porque procuramos. Passamos muito batido nisso, não sabíamos o que acontecia, foi por nós mesmo, senão, não sabíamos de nada.” (morador entrevistado em 2010).

As pessoas não acham que tem organização social, da parte delas, na busca por melhores condições de moradia em um lugar futuro. Porém, muitas disseram querer participar das conversas e decisões para o lugar, como forma, também, de se informar sobre o que acontece “uma pessoa não informada não vai para lugar nenhum. Tem que ficar atualizado das coisas do que pode e do que não pode” (fala de um outro entrevistado, 2009). Há um grupo que diz “estar se organizando, mas para que não aconteça” a saída deles da área, isso porque eles estão pretendendo investir em educação ambiental entre eles mesmos, visando abranger as comunidades próximas, cujo objetivo é buscar meios de ajudar na conservação do Parque.

Durante as entrevistas realizadas foi percebido que boa parte do pessoal acha-se de certa forma, engajada na conservação. Porém, de acordo com a visão de conservação que eles têm, houve relatos de gente que disse não fazer mais “broca²¹” em seu terreno de plantação; dos que ainda fazem queimada, foi-nos dito que se trata de queimada controlada.

É sabido, portanto, que as técnicas de queimada e retirada de lenha do local foram proibidas, mas que ainda é possível encontrar a prática dessas atividades mesmo que em menor escala. Para alguns moradores, essa proibição é um ponto considerado positivo, pois eles dizem ter sido melhor assim, haja vista que as queimadas desenfreadas que existiam antes da chegada do IBAMA incomodavam todos com a grande fumaça que provocava.

3.3.1 A questão da desterritorialização/desapropriação

As expectativas em torno da futura desapropriação da área tornam-se, na maioria das vezes, pessimistas, face à incerteza quanto ao futuro de suas moradias e do seu trabalho e, com isso, conseqüentemente, há uma mudança em suas vidas. Os moradores acreditam que ela pode sim acontecer, porém, contra a vontade deles, havendo quem diga que “só se for na lei do apulso, ‘tô’ acostumado com o lugar, não tem violência. Eu fui criado aqui e o lugar é bom”. Outros que não compreendem a postura do Governo indagam “como pode tirar o povo e levar para outro lugar, só sai se for o jeito. Tem gente que só tem uma casinha.” Outro morador parece

²¹ Nome dado à prática de cortar e queimar a lenha quando se faz a limpeza do terreno para o “preparo” da terra antes da plantação.

conformado com a situação e questiona: “Quem pode mandar no governo?”. Foi possível encontrar, também, pessoas dispostas a contribuir com a conservação, achando-se dispostas a conviver com o Parque, alegando querer “se educar para conviver com o Parque”, maneira vista como uma solução para evitar uma possível retirada dos moradores.

Quando se trata dos valores das possíveis indenizações, se assim acontecer, muitos proprietários acham-se divididos, fazendo projeção do que seria melhor para eles, se seria melhor receber dinheiro (ser indenizado) ou ser reassentado (relocado) em outro local. Segundo quase a totalidade dos pequenos proprietários entrevistados, o melhor seria receber dinheiro, pois assim terão a oportunidade de comprar uma terra que possa oferecer melhores condições de moradia, com água e luz elétrica, para melhor realizar o trabalho agrícola.

Estes pensam que, se a terra for dada, não se terá a certeza se seria um bom lugar para viver e para o desenvolvimento de seus cultivos. A terra “tem que ser boa e produtiva” (fala de um entrevistado, em 2009), “Dinheiro para comprar em outro canto que seja bom. Só não quero ir morar na rua, não dá, tem muita gente. Terra dada não se sabe o que vai dar” (fala de um entrevistado, em 2009). Por outro lado houve quem dissesse que “terra em outro lugar seria melhor, desde que tivesse água e energia, porque dinheiro se acaba”. Como se pode perceber as opiniões são diversas, cada pessoa busca projetar o que venha a ser melhor para si. Mas, todos projetam melhores condições de vida, uma vez que, para a maioria, “se for para sair que seja para um lugar melhor” (fala de um entrevistado, em 2009).

Percebeu-se, também, certa tristeza no semblante das pessoas no momento em que fizeram projeções de possível saída do local onde já estão há décadas. Houve pessoas que não queriam nem mesmo pensar nesta hipótese, refletindo sobre como seria a vida deles longe dos familiares que moram próximos e dos vizinhos que são antigos. Esse foi também um traço marcante quando foram apontadas as expectativas de futuro.

Em conversa com a pessoa responsável pela atual gestão do Parque, abordando-a sobre a questão da desterritorialização, foi-nos dito que:

“[...] a desapropriação não é imediata para os pequenos, existe anseio de que os maiores sejam os primeiros a serem contemplados, isso porque são eles os maiores detentores de áreas com grande maciço que necessita de conservação. Para os pequenos o processo é demorado. A demora se dá principalmente por causa dos recursos que são poucos.” (entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009).

A opinião do gestor do Parque expressa a pretensão de que as maiores propriedades sejam as primeiras a serem indenizadas, face à emergência em se fazer conservar essas áreas, e por serem em menor número, se comparadas às dos pequenos proprietários. Quanto à questão dos pequenos proprietários, que são em maior número, o que se configura é uma maior dependência desses com relação a verbas governamentais, demonstrando de certa forma um cenário de lentidão.

Quanto ao que será feito, em geral, das pessoas/famílias presentes no Parque, o Conselho Consultivo poderia ser a ferramenta principal para que seja decidido o futuro que terão, pois:

“[...] eles é que irão decidir o que será feito, uma vez que, faz parte do conselho está próximo às pessoas para que elas decidam em conjunto o que querem. É uma proposta de trabalho horizontal.” (entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009).

Ficam explícitas as expectativas ao nível, sobretudo, do pensar, com relação ao funcionamento do conselho consultivo, já que este poderá ser a forma de diálogo travada entre as esferas envolvidas, na busca, também, por soluções mais profundas. Além do que se busca manter um espaço onde os indivíduos trabalhem com igualdade.

Com relação aos plano(s) e proposta(s) de retirada/desterritorialização dos moradores da área, não existe nada de concreto por enquanto, conforme já foi dito, para que isso aconteça; o que está dependendo de verbas as quais ainda não estão disponíveis. Mas existe, em conjunto com isso, outro ponto que diz respeito à escolha dos moradores sobre o que eles vão optar para suas vidas futuras,

Se os moradores optarem por reassentamento (relocação) existe uma proposta de acompanhamento desse pessoal, assim como de formular junto com eles o que eles querem [momento do conselho]. Pois não adianta planos sem que eles queiram, não adianta idéias exportadas de outros lugares que não diz respeito com a realidade do lugar, é preciso que eles se identifiquem com o que eles mesmos irão propor. A idéia é de não deixá-los sem acompanhamento. (entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009).

Porém, essa condição só seria possível dependendo da opinião deles, conforme apresentado acima, uma vez que “para algumas pessoas o viável seria a relocação para áreas mais próxima da área onde atualmente moram. Se receberem indenização em dinheiro, ficará mais difícil fazer um acompanhamento do processo, pois não se sabe aonde irão se localizar” (entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009). No entanto, as reais perspectivas de inclusão em outra área só vão depender da escolha dos moradores “caso optem por relocação. É cogitada

uma parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA pela qual poderão receber assistência técnica, o que poderia garantir, também, melhor qualidade dos seus produtos.”

Como visto, as propostas e decisões sobre o território social irão depender do processo de mobilização das próprias pessoas do lugar, mediante exposição dos desejos de uma totalidade quando das reuniões do conselho consultivo. No entanto para que seus pedidos sejam aceitos é fundamental que haja participação nas reuniões.

Outro aspecto relevante, em meio ao processo, ainda incerto, de desterritorialização ora apresentado, é o que diz respeito ao aumento do contingente de moradores no interior do Parque. Segundo o responsável pela gestão da área, esse contingente tem aumentado. Contudo, não se sabe ao certo o que tem motivado tal acréscimo. O que se percebe é que não é o imaginário do parque como um lugar de natureza exuberante e, portanto, um lugar, por excelência, capaz de promover amenidades para os problemas urbanos que tem motivado o acréscimo de moradores no parque. Supõe-se que as questões ligadas à posse da terra e as perspectivas de instalação de equipamentos como fornecimento de energia elétrica e implementação de cisternas são atrativos para novos moradores. Ao mesmo tempo, percebe-se que a criação do Parque esteja sendo vista pelos moradores do lugar como uma possibilidade de obtenção de um pedaço de chão.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

A delimitação de áreas protegidas possui tem como compromisso a conservação e proteção do meio ambiente, o que acaba deixando de fora as questões sociais que, por ventura, possam existir dentro de uma Unidade de Conservação. Com o parque Nacional do Catimbau, a problemática se repete, haja vista que sua delimitação territorial coincidiu com a existência de outros territórios na área.

O PN-Catimbau é compreendido enquanto território, por se tratar de um espaço delimitado, encontrando-se indissociado das relações de poder, nesse caso exercido pelo Poder Público. A compreensão desse território se dá a partir da análise de duas dimensões, a política, em referência à atuação do Poder Público na área, e a social referindo-se aos moradores do lugar.

A sociedade local, disposta em pequenos grupos de habitações, encontra-se marcada por heranças que influenciam diretamente na forma de viver das pessoas, reforçando a ligação dos

moradores com seu espaço de vida e vivido. Contudo, agora, isso coexiste com a incerteza quanto à sua permanência no presente território, já que para a completa implementação do Parque se faz necessária uma desterritorialização dos moradores historicamente fixados a área (a saída do território).

A dimensão política faz-se presente no território compreendendo a nova territorialidade empregada no lugar, com a criação do parque. Esta territorialidade encontra-se regida por lei que aponta como principal objetivo a conservação ambiental da área, mas que ainda não se encontra totalmente consolidada.

A desterritorialização ainda é incerta, e não há nada de concreto até o momento, pois, para que aconteça é necessário haver uma grande quantia em dinheiro para pagamento das indenizações. Existe ainda o processo de consulta junto aos moradores, para buscar a melhor opção que julgam mais positiva, ou seja, desapropriação mediante indenização, ou reassentamento, com propostas de serem acompanhados pelo INCRA.

4 PROPOSTAS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA ÁREA

4.1 AÇÕES ATUAIS À IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU: CONSELHO GESTOR

Um dos fundamentos para se fazer um conselho gestor, é buscar gerir em conjunto com a sociedade, descentralizando as ações e decisões, que passam a ser tomadas por um coletivo. Em suma, trata-se de uma forma de planejar o território a partir de decisões tomadas em conjunto com a sociedade, isto é, uma prática social que pode contribuir para que a lei realmente aproxime-se das necessidades reais das populações locais.

A criação de conselhos gestores está prevista na constituição de 1988, a qual aponta os conselhos como espaços de discussão entre poder público e sociedade, constituindo de certa maneira uma vitória para a sociedade civil, ao mesmo tempo em que apresenta novidades na gestão pública, conforme explica Gohn (2000)

Os conselhos gestores apresentam muitas novidades na atualidade. Eles são importantes porque são fruto de demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país. Os conselhos estão inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. As novas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao poder executivo, voltados para políticas públicas específicas; sendo responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas onde atuam. Eles são compostos por representantes do poder público e da sociedade civil organizada e integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Executivo. (p. 178)

Os conselhos estão, assim, inseridos nos órgãos públicos sob respaldo da lei, e possui como representatividade o poder público e a sociedade civil. É, portanto, uma importante ferramenta de discussão pública, e por isso:

[...] um número crescente de estruturas colegiadas passou a ser exigência constitucional em diversos níveis da administração pública (federal, estadual e municipal). Muitas já foram criadas, a exemplo dos conselhos circunscritos às ações e aos serviços públicos (saúde, educação e cultura) e aos interesses gerais da comunidade (meio ambiente, defesa do consumidor, patrimônio históricocultural), assim como aos interesses de grupos e camadas sociais específicas como, crianças e adolescentes, idosos, mulheres etc. (GOHN, 2000 p. 177)

Conforme aponta a autora acima citada, diversos níveis da administração pública passaram a adotar os conselhos gestores; a exemplo, também, da política pública de meio ambiente que possui hoje o conselho gestor como um importante instrumento na consolidação de áreas protegidas no Brasil.

A Lei do SNUC e o Decreto nº 5.758, de criação do Plano Nacional de Áreas Protegidas, são documentos importantes que norteiam a criação de conselhos gestores em Unidades de Conservação e “consagram a inclusão da sociedade na gestão de áreas protegidas como condição primordial para que essas alcancem seus objetivos” (COZZOLINO). De certa forma, isso representa uma vitória da participação popular na gerência das áreas protegidas, uma vez que se deixa para trás o estigma das áreas protegidas constituírem espaços onde “até pouco tempo atrás as palavras de ordem eram ‘preservação’, ‘isolamento de áreas naturais’, ‘gestão por experts’[...], resultando, entre outras políticas, na criação de grandes Unidades de Conservação geridas a partir de “critérios técnicos” e isoladas do contexto local-regional” (MACEDO 2007, p.287).

Nesse sentido, os conselhos gestores, nas políticas ambientais das áreas protegidas, configuram-se como um processo de mudança de suma importância para que se construa um espaço de diálogo junto à sociedade; sendo talvez uma proposta de mudança para a qual Brito (2000)²² chamou a nossa atenção. A este respeito, segundo a autora:

Normalmente, a população não é informada adequadamente da existência ou do significado da presença de uma Unidade de Conservação. Seu tempo para entendimento de seus direitos e suas linguagens muitas vezes deixam de ser respeitado, mesmo que exista, entre alguns técnicos envolvidos na questão, maior sensibilidade para este problema. Eventualmente, quando se pretende dar algum caráter participativo à criação ou gestão das unidades é permitido à população que tome conhecimento do que se planejou para a área. Todavia mesmo que os interessados procurem participar, quase sempre seu instrumental intelectual é insuficiente para que compreendam *in totum* o que se está pretendendo. Por isso a participação deixa de ter significado para a população e para o próprio futuro da unidade. (p. 214 apud CATTANEO 2005).

Nas palavras de Brito é possível compreender o porquê do processo de participação nas UCs ser muitas vezes evasivo, principalmente quando se faz presente em uma Unidade de Conservação que se encontra habitada. Entretanto, para que os objetivos da UC e dos

²² BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

habitantes dessas áreas sejam alcançados de fato, faz-se necessária a participação efetiva dos membros do conselho nas decisões e propostas referentes ao território protegido, ao mesmo tempo em que é importante que os participantes se sintam estimulados a buscar o que Arnstein (2002) chamou de “Participação Cidadã” em seu sentido puro, a qual “constitui um sinônimo para poder cidadão”. A autora gradua a participação cidadã em oito degraus, conforme a “escada da participação cidadã”, representada na figura a seguir:

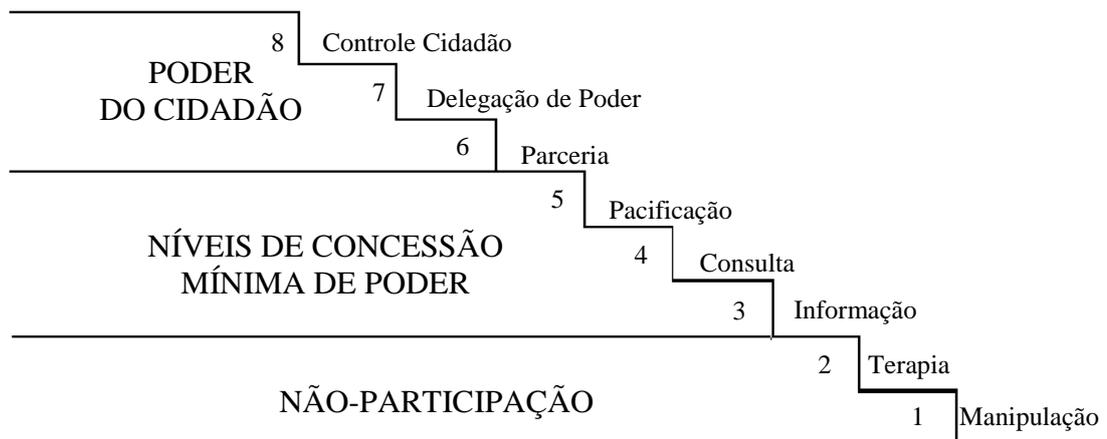


Figura 13
Escada da Participação Cidadã, proposta por Arnstein (2002)

De acordo com essa escada da participação social ou não, percebe-se que a participação cidadã não se trata de um processo linear, ela existe em degraus que variam desde o da ausência de participação (1 e 2), em que os tomadores de decisão possam “manipular” e “curar” os participantes, estendendo-se pelos níveis de concessão limitada de poder (3, 4 e 5) onde os participantes passam a ser ouvidos, mas que não detêm poder de tomar a decisão final, passando pelo nível da parceria (6) que permite negociar de igual para igual com os detentores do poder, até chegar à efetiva participação cidadã (degraus 7 e 8) com delegação de poder e controle cidadão (ARNSTEIN, 2002).

A participação das populações locais no processo de criação e implementação das unidades de conservação é garantida por lei, conforme o artigo 5º, inciso III, do SNUC, em que se diz que esse é conduzido por diretrizes que “assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação”. Essa participação se dá

basicamente em três momentos: nas consultas públicas, anterior à criação da unidade; na elaboração de planos de manejo, documento que irá nortear a gestão da UC; e através do conselho gestor, dependendo do tipo de categoria da UC o qual poderá ser deliberativo ou consultivo.

No que diz respeito ao significado dos termos conselho deliberativo e conselho consultivo²³, segundo a cartilha da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas, temos o seguinte, pelo menos oficialmente:

Um Conselho Gestor Deliberativo possui a mesma função do Conselho Gestor Consultivo, ou seja, ajudar o órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação. Porém o Conselho Gestor Deliberativo possui o poder de decisão sobre as questões envolvendo a gestão da Unidade de Conservação. Todas as decisões obrigatoriamente devem passar pelo Conselho Gestor e só então devem ser executadas pelos técnicos e pelo chefe da Unidade de Conservação. Diferentemente do Conselho Consultivo, onde o conselho propõe ações e alternativas que posteriormente deverão ser analisadas pelo órgão responsável pela Unidade de Conservação, o Conselho Deliberativo tem a função de decidir, e não propor, as ações e alternativas para a gestão da Unidade de Conservação e a resolução de seus problemas.

A função de um Conselho Gestor Consultivo é ajudar o órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação a identificar problemas e propor a melhor forma de resolvê-los. O Conselho Gestor Consultivo deve, como seu nome indica, ser consultado sobre temas importantes para a gestão da Unidade de Conservação, assim como, também, ser consultado sobre ações e atividades que sejam desenvolvidas na Unidade de Conservação. Embora tenha um papel consultivo, a atuação desse tipo de Conselho Gestor pode ser decisiva para a tomada de decisões, desde que, ao ser consultado, o conselho proponha alternativas que respeitem a lei e que o órgão responsável possa executar.

O conselho deliberativo, conforme o SNUC, deve ser adotado para as UCs de Uso Sustentável, enquanto que o Consultivo para aquelas de Proteção Integral, à qual os Parques estão inseridos. De acordo com o SNUC:

Cada Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil [...]”(Capítulo IV, art. 29).

Desse modo, indagamos como os moradores da área do PN-Catimbau podem exercer sua participação efetiva, se, para eles, só é possível ter um instrumento de consulta? E isto somado ao fato da cultura de desmobilização social inerente à prática de vida deles.

²³ texto extraído da cartilha: CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A participação social que fortalece a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável no Amazonas. (2007)

4.1.1 O conselho gestor do Parque Nacional do Catimbau

Um passo importante e de destaque foi dado pela equipe de gestão do PN-Catimbau, num esforço de se fazer criar um Conselho Gestor, através de um conselho consultivo, para o Parque. Em setembro de 2009, foram postas em prática idéias na busca pela concretização do conselho, a partir do que se iniciaram visitas às comunidades locais no sentido de apresentar as propostas relativas a tal empreendimento. Por fim, em janeiro de 2010, foram eleitos os membros do conselho. Após essas etapas serão seguidas aquelas de cunho mais burocrático até que ele seja legalmente constituído. A respeito dessas etapas para chegar à formação efetiva de um Conselho Gestor; já se fez e estão sendo percorridos os seguintes caminhos:

- 1º O ICMBio foi à área e explicou o que é o Parque.

Foi feito um trabalho de mobilização com as lideranças locais, como forma de facilitar a chegada até às comunidades. De acordo com informações cedidas pela equipe de gestão do PN-Catimbau (ANEXO B), foram realizadas 9 reuniões setoriais, das quais as 7 primeiras tiveram lugar nas localidades, conforme quadro abaixo.

Reuniões Setoriais	Moderna
	Puiu
	Campos
	Tupanatinga
	Tribo Indígena Kapinawá
	Vila do Catimbau
	Buíque

Quadro 02

Locais de realização das reuniões setoriais-
 Fonte: Atual equipe de gestão do PN-Catimbau²⁴

²⁴ Material cedido em janeiro de 2010, na reunião de formação do conselho consultivo (em anexo).

- 2º Junção com outros órgãos institucionais, comunidade científica e sociedade civil.

Esta foi a segunda fase das reuniões setoriais, mediante a qual foram realizados dois encontros nos municípios de Buíque e Ibimirim, conforme fotos das figuras abaixo.



Figura 14
Reuniões da 2ª fase, reunião de Ibimirim
Fotos: Atual equipe de Gestão PN-Catimbau



Figura 15
Reuniões da 2ª fase, reunião de Buíque
Fotos: Atual equipe de Gestão PN-Catimbau

- 3º Reunião com todos os segmentos na busca por uma Gestão Participativa.

Esse foi o momento para a escolha dos membros/conselheiros que iriam fazer parte da Gestão Participativa do PN-Catimbau. A escolha para as 28 vagas se deu obedecendo a princípios de paridade, sendo 14 vagas para os representantes do Poder Público e outras 14 vagas para os representantes da Sociedade Civil. Essas vagas foram distribuídas, conforme apresentado no quadro a seguir, da seguinte forma:

Representantes					
Poder Público			Sociedade Civil		
Segmento	Quantidade de vagas		Segmento	Quantidade de vagas	
Municípios: Buíque Tupanatinga Ibimirim Sertânia	4		Comunidades (Interior e entorno)	4	
Câmaras Municipais: Buíque Tupanatinga Ibimirim Sertânia	2		Comunidades indígenas	2	
Órgãos de Meio Ambiente, Indígenas, Agricultura e Reforma Agrária	4		Trabalhadores rurais	2	
Órgãos de Pesquisa, Arqueologia, Educação e Turismo	3		Produtores rurais	2	
ICMBio:	1		Turismo e Meio Ambiente	2	
			Conselhos	2	
	Total	14		Total	14

Quadro 03

Representantes e segmentos para o conselho consultivo e total de vagas

Fonte dados: Atual equipe de Gestão PN-Catimbau

Conforme pode ser visto no quadro acima, as vagas foram dispostas para contemplar as entidades políticas que têm, de certa forma, influência na área; assim como para contemplar, também, o maior número possível de representantes da sociedade civil que se encontravam distribuídos no interior e entorno da Unidade de Conservação em epígrafe. Sendo assim, de acordo com o quadro, o princípio de paridade está na quantidade final de vagas distribuídas para cada um dos segmentos, e não em igual valor para cada um dos representantes.

A escolha final para o conselho gestor do PN-Catimbau, apresentado nos quadros 04 e 05, ficou da seguinte forma:

SEGMENTOS DO PODER PÚBLICO	ENTIDADES	
	TITULAR	SUPLENTE
01. Municípios	Prefeitura Municipal de Buíque	Prefeitura Municipal de Buíque
02. Municípios	Prefeitura Municipal de Ibimirim	Prefeitura Municipal de Ibimirim
03. Municípios	Prefeitura Municipal de Tupanatinga	Prefeitura Municipal de Tupanatinga
04. Municípios	Prefeitura Municipal de Sertânia	Prefeitura Municipal de Sertânia
05. Câmaras	Câmara Municipal de Buíque	Câmara Municipal de Tupanatinga
06. Câmaras	Câmara Municipal de Ibimirim	Câmara Municipal de Sertânia
07. Meio Ambiente / Saúde / Indígenas / Reforma Agrária	IBAMA	IPA
08. Meio Ambiente / Saúde / Indígenas / Reforma Agrária	CPRH	SECTMA
09. Meio Ambiente / Saúde / Indígenas / Reforma Agrária	FUNAI	INCRA
10. Meio Ambiente / Saúde / Indígenas / Reforma Agrária	FUNASA	ITEP
11. Pesquisa / Arqueologia / Educação / Turismo	UFRPE	FUNDAJ
12. Pesquisa / Arqueologia / Educação / Turismo	IPHAN	EMPETUR
13. Pesquisa / Arqueologia / Educação / Turismo	UPE	UNICAP
14. Chefia da Unidade	ICMBio	ICMBio

Quadro 04
Membros representantes do Poder Público
 Fonte: Atual equipe de Gestão PN-Catimbau

As instituições que se encontram como membros do conselho são aquelas que possuem alguma influência na área, a exemplo daquelas que representam os órgãos de meio ambiente e instituições científicas, que podem vir a contribuir para o Conselho mediante seus interesses de investigação e intervenção.

A escolha por esses membros obedeceu ao critério de quem teve maior participação nas reuniões do processo de construção do Conselho Gestor.

SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL	ENTIDADES	
	TITULAR	SUPLENTE
01. Comunidades	Associação Rural Sítio Igrejinha / Ruzil	Associação de Moradores do Puiu
02. Comunidades	Associação de Moradores da Serra dos Breus	Associação Comunitária do Sítio Muquem
03. Comunidades	Associação dos Agricultores do Sítio Barra Velha	Assentamento Dois Irmãos
04. Comunidades	Associação Comunitária do Sítio Sobrado	Associação Comunitária da Serra do Abacaxi
05. Comunidades Indígenas	Associação Comunitária dos Índios Kapinawá	Aldeia Mina Grande
06. Comunidades Indígenas	Associação dos Pais e Mestres da Escola Barão do Rio Branco	Aldeia Lagoa do Puiu
07. Trabalhadores Rurais	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibimirim	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibimirim / Associação das Mulheres de Ibimirim
08. Trabalhadores Rurais	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buíque	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buíque
09. Produtores Rurais	Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Ibimirim	Maçonaria Acássia do Moxotó
10. Produtores Rurais	Associação dos Apicultores do Vale do Catimbau	Cooperativa Agropecuária do Catimbau
11. Turismo e Meio Ambiente	AGTURC	AGTURC
12. Turismo e Meio Ambiente	ASSUVAM	SERTA
13. Conselhos	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ibimirim	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Buíque

14.Conselhos	Conselho Tutelar de Buíque	COMDDICA / Buíque
--------------	----------------------------	-------------------

Quadro 05
Membros representantes da Sociedade Civil
 Fonte: Atual equipe de Gestão PN-Catimbau

Os membros representantes da sociedade civil são aqueles que estão, em sua maioria, diretamente ligados a área protegida, e por isso são os mais interessados em fazer parte do Conselho, pois assim estarão mais próximos das decisões que podem ser tomadas, também, para seu território. Há, ainda, aqueles que exercem influência dentro dos municípios que compõem o Parque, a exemplo dos sindicatos de trabalhadores rurais de Buíque e Ibimirim. Tratam-se de membros que se encontram localizados tanto no interior da área como no seu entorno,

A escolha por esses membros obedeceu aos seguintes critérios (criados pelos próprios representantes divididos em seus respectivos grupos):

1. **As associações (representantes das comunidades)** – 1º Que residam dentro e no entorno do parque; 2º que seja legalmente constituída e 3º que tenha nível de influência e confiança;
2. **Comunidades indígenas** – que tenham participado das reuniões e que possam melhor representar a comunidade;
3. **Produtores rurais** – que tiveram maior participação nas reuniões do processo de construção do Conselho Gestor;
4. **Meio Ambiente e Turismo** – não houve critérios, pois estava presente um representante de cada uma das partes e só tinham disponíveis duas vagas;
5. **Conselhos e Sindicatos** – não houve critérios, pois estava presente um representante de cada uma das partes e só tinham disponíveis duas vagas.

Os critérios foram estipulados segundo a opinião de cada um dos grupos (figura 16), conforme mencionado, porém uma sugestão coletiva foi de que o representante fosse escolhido de acordo com o seu perfil (pessoas que de alguma forma tenha uma ligação com o lugar) e não por amizade.



Figura 16
Grupo Meio Ambiente e Turismo
Foto: Elvira de Paula em janeiro 2010

Finalizadas as etapas de construção do conselho (figura 17), deu-se início a outra, ou seja, a de legitimação do Conselho perante o Órgão competente, o ICMBio em Brasília. Segundo a gestão do Parque “esse é um processo complexo e demorado”, e após aprovação e saída da portaria, que será divulgada em Diário Oficial, será tomada a posse do Conselho. E a partir daí terão início as capacitações para elaboração de propostas ao Conselho.



Figura 17
Integrantes do Conselho Gestor PN-Catimbau
Foto: Elvira de Paula em Janeiro 2010

A criação do Conselho gestor criou expectativas no sentido de que pudessem funcionar enquanto espaço horizontal entre a dimensão política e social, e assim diminuir a distância existente entre eles, para que pudesse de fato existir uma gestão participativa. Conforme apresentado no esquema a seguir, fruto de reflexões a esse respeito:

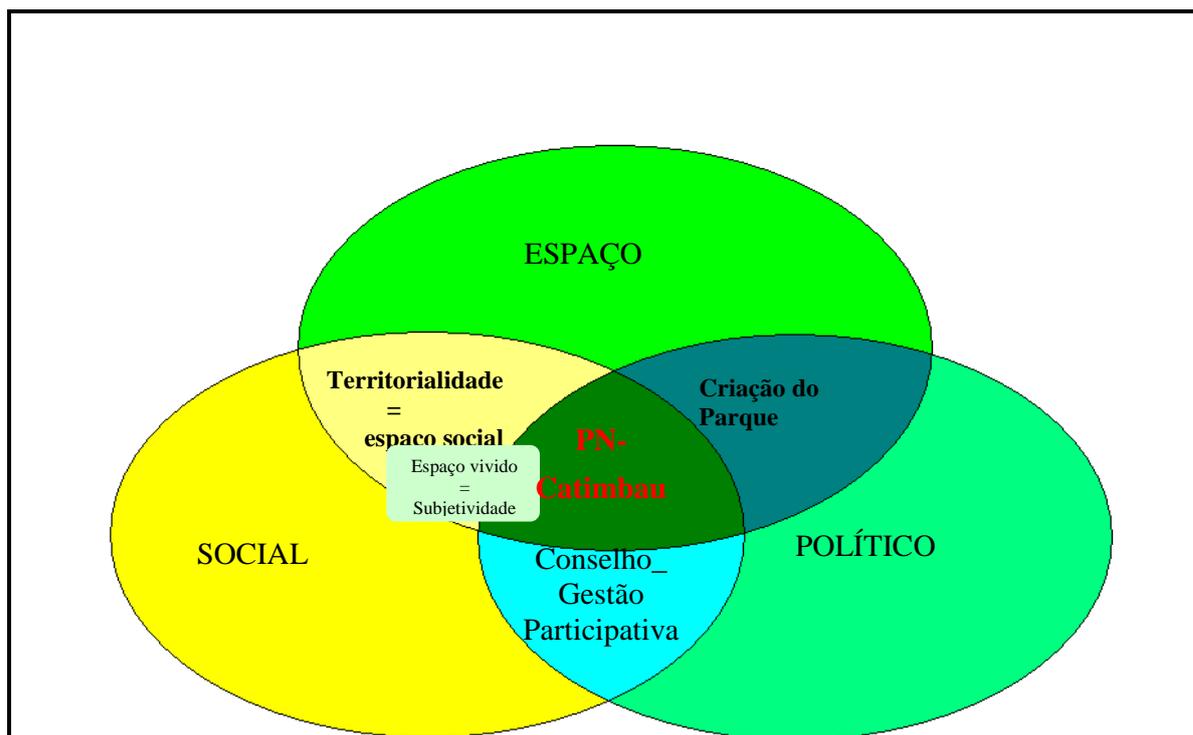


Figura 18

Esquema 2 – Espaço de horizontalidade entre a dimensão política e a social

Elaborado pela autora

A partir deste esquema é possível perceber o resultado da imbricação entre as dimensões política e social, que agora, através do Conselho Gestor, se unem na busca da construção de um espaço comum. Buscamos numa citação de Santos (2006, p.258), uma maneira de apresentar a situação existente. Conforme o autor:

Uma tendência atual é de que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte [...] mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais e normas regionais [...] que acabam por afetar as normas nacionais e globais.

Ou seja, se fizermos o esforço de imaginar essa situação com base na criação de conselhos gestores em Unidades de Conservação, vemos que a dimensão política une-se a social, partindo de um princípio de verticalidade, porém a criação do Conselho dá margem para que se construa um ambiente em comum, com base na horizontalidade, podendo vir a criar normas próprias, e quem sabe até possam instigar modificação às normas nacionais ou às globais.

Neste caso, por que não se passa a exercer uma participação efetiva na gestão da área do Parque, em vez de simplesmente, através de conselho consultivo, ouvir opiniões e expor

idéias? Também indagamos em que medida não se pode extrapolar o nível das expectativas do funcionamento das horizontalidades, incentivando uma efetiva mobilização local para que todos participem de fato do conselho, inclusive os moradores que há anos estão na área.

Comparando o esquema 02 com o esquema 01 (apresentado anteriormente no capítulo 03), é possível perceber que as ações propostas pelo Conselho Gestor, conferindo uma forma mais complexa de organização espacial para o território do PN-Catimbau, ao contrário do esquema 01, é possível perceber que a dimensão política acha-se mais próxima da dimensão social, possuindo em comum uma proposta de gestão participativa. No esquema 01, nota-se a territorialidade dos moradores na área do Parque Nacional, bem como a institucionalização do mesmo. Ao passo que o esquema 02 mostra uma forma ideal para a própria implementação do Parque com a criação do conselho gestor, entretanto para que isso aconteça é necessário que o conselho possa de fato existir conforme planejado.

4.2 SUGESTÕES PARA UM PLANEJAMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS ENTRE O PARQUE E SEUS HABITANTES: FACILITANDO A CONVIVÊNCIA

Deixamos para este momento algumas sugestões pensadas por nós antes e durante o processo de realização desta pesquisa, algumas das quais estão em comum acordo com o pensamento de muitos moradores do Parque, percebidas quando da realização das entrevistas de campo. Muitos dos moradores gostariam de continuar morando em suas terras, e para isso mostram-se dispostos a contribuir com a conservação do lugar. Desse modo, enquanto não se define o processo de desterritorialização, o pessoal poderia ocupar-se de atividades que não distorçam seu modo de vida, ao mesmo tempo em que estariam também trabalhando em favor da conservação.

Em primeiro lugar, será destacada a importância que teriam os serviços ambientais para o território em tela, prestados pelos próprios moradores, atividades que podem ser realizadas pela sua dimensão social, ao mesmo tempo em que podem também contribuir para a educação ambiental na área e assim cooperar para uma melhor convivência. Em segundo lugar, será destacada a importância em utilizar o pessoal, em sistema de rodízio por comunidade, para participar de capacitações de treinamento de brigada; e, por fim, faz-se uma proposta de educação ambiental nas escolas.

a) Quanto à prestação de serviços ambientais:

A prestação de serviços ambientais ainda é algo novo, tanto na prática quanto na literatura, mas que, aos poucos, vem se desenvolvendo. Esses serviços consistem em fazer conservar o meio ambiente em troca de recebimento financeiro para que determinada porção de espaço seja conservada. É algo que já vem sendo discutido na esfera das políticas públicas, porém ainda pouco disseminado.

Nesse sentido, foi pensado enquanto sugestão para a área do PN-Catimbau a utilização do pessoal ali presente como prestadores de serviços ambientais para coleta de sementes das espécies nativas e o cultivo de mudas das mesmas, erradicação de espécies exóticas, ou seja, criando um projeto que buscasse dar incentivo financeiro à população residente no interior da UC para realizar tais tarefas, tendo em vista o reflorestamento da área.

Se isso fosse levado em consideração para aquele território, estaríamos diante de uma forma de minimizar os danos ambientais, promovendo trabalho remunerado ao pessoal, do mesmo modo que provocaria satisfação no agricultor/morador.

b) No que tange à utilização dos próprios moradores na prestação de serviços no Parque:

Os moradores das UCs são as pessoas mais habilitadas para prestar serviços a essas áreas, isso no sentido de que são elas as conhecedoras do lugar, e por isso faz-se mister que sejam envolvidas nas atividades que dizem respeito ao território. No Catimbau já existe a contratação temporária de pessoal para trabalhar como brigadista, na prevenção e combate a incêndios. Porém, segundo os moradores, as contratações são ainda pouco expressivas face ao contingente que poderia ser utilizado.

As pessoas poderiam ocupar-se da própria fiscalização do Parque, ajudando na prevenção e combate não só ao fogo, mas também evitando a caça, que, segundo moradores, “é feita por pessoas de fora que vêm caçar na área”, corte de madeira, entre outros.

Segundo um outro entrevistado, “o Parque deveria dar trabalho para essas pessoas, o que ajudaria até a mudar a mentalidade delas. Tem um rapaz que era caçador e já trabalhou como brigadista, hoje ele tá mudado” (entrevista concedida por um morador, em 2010). A fala do morador reforça a necessidade de se criar um ambiente de condições de trabalho para as

peças do próprio lugar, o que, conseqüentemente, acaba contribuindo para a conservação da área.

O trabalho dos moradores pode ser encarado como sendo bom para os dois lados, pois é, também, uma maneira de que estejam mais próximos ao contexto ambiental existente na área, e assim compreender quais são os objetivos da área que está sob proteção. Ao mesmo tempo, a inclusão dessas pessoas pelo trabalho nas atividades correspondentes ao Parque aproxima as comunidades e, conseqüentemente, contribui para minimizar os conflitos existentes entre as partes, pois assim as pessoas irão sentir-se úteis.

c) No que concerne à inclusão da educação ambiental nas escolas das comunidades do interior e entorno do Parque:

A escola enquanto espaço social que de fato é deve promover condições de formar indivíduos capazes de refletir criticamente, e de buscar meios de se fazer criar um ambiente coerente com as reais necessidades de vida dos territórios vividos. Por isso, a inclusão da educação ambiental nas escolas seria uma tarefa das mais importantes, pois daria aos alunos a oportunidade de conhecer e compreender o seu espaço, buscando uma melhor convivência com seu ambiente real.

A realização das aulas poderia ser, talvez, uma vez por semana, sendo voltadas para o ensinamento da educação ambiental como um todo, de forma interdisciplinar, porém tendo em vista contribuições para melhor conviver com a idéia da conservação do Parque, explicando a importância da área e quais as posturas que se deve ter com um território como esse.

Se esses princípios forem trabalhados desde cedo com as crianças, procedimentos corretos para com o meio ambiente, principalmente com exemplos próximos à realidade deles, seriam bem maiores as chances de se formar um espírito de cidadania com adultos mais conscientes de seu meio.

Essas sugestões são lançadas tendo em vista não só o benefício para a área protegida, mas principalmente para as pessoas que ali se encontram, uma vez que torna possível a possibilidade de trabalho para elas sem distanciá-las de seu meio de vida. Contudo, são

reconhecidas as dificuldades e limitações para que tais empreendimentos sejam postos em prática, mas a longo prazo o resultado pode ser satisfatório.

Desse modo, enquanto aguardam a decisão da desterritorialização, os moradores poderão, ao menos, tornarem-se agentes que contribuam para a área protegida, inclusive, trabalhando em seu próprio benefício. Portanto, se ações desse tipo fossem implantadas, os moradores poderiam satisfazer os seus próprios interesses, diminuindo, efetivamente, as distâncias sociais existentes na sociedade brasileira, bem como fortalecendo-se para conseguir negociar com as exterioridades o que lhes convier.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

O conselho consultivo e as sugestões apresentadas neste capítulo são propostas de planejamento para o território do PN-Catimbau vistas como ferramentas possíveis de aproximar a população residente e a gestão da área à qual esta vinculada.

Nesse sentido, os conselhos gestores são, no geral, uma possibilidade de estreitamento desses laços entre as políticas públicas e a sociedade. É um instrumento importante na gestão pública, uma vez que busca engajar a sociedade nas tomadas de decisões sobre seus próprios destinos. Nas políticas públicas de meio ambiente, através do SNUC, é garantida a criação de conselhos gestores nas Unidades de Conservação, diferenciando entre deliberativo e consultivo conforme for o tipo da área protegida, ficando o primeiro para as UC's de Uso Sustentável e o segundo para aquelas de Proteção Integral, na qual os parques se inserem.

A lei do SNUC, regida por diretrizes, também assegura a participação social, que deve acontecer desde os primeiros momentos de criação da área protegida até sua gestão. No entanto, nem sempre essa participação acontece segundo o que prega a lei, pois nem sempre a população local é incentivada a fazer parte do processo de gestão, fato que desestimula a busca por um “poder cidadão” (ARNSTEIN 2002).

A criação do conselho consultivo do PN-Catimbau traz consigo expectativas a fim de que seja de fato um elo entre a comunidade e o poder público, para que juntos possam atuar na gestão do parque; além de ser uma forma de buscar melhor convivência com a população residente no interior e no entorno da UC.

Outra forma de aproximação, através da disponibilidade de acesso a atividades essenciais à UC, é igualmente apresentada, baseada no desejo das pessoas em continuar em seus espaços de moradia e trabalho, de tal modo que se acham dispostas a conviver e ajudar na conservação do Parque, conforme constatado durante as entrevistas. Sendo assim, somando-se o apego por seu espaço de vida às condições financeiras em que vivem, a ocupação nas atividades se mostra como uma forma de minimizar os conflitos e, além disso, de fornecimento de trabalho. Da mesma forma que a inclusão das pessoas pelo trabalho é importante não só para elas, enquanto oportunidade de emprego, mas também para o Parque e a questão ambiental vigente.

A inclusão da educação ambiental nas escolas é um trabalho educativo capaz de contribuir para o conhecimento e a compreensão do ambiente em que se vive, dessa forma torna-se essencial para a área, pois já se dá início, através dela, à formação de adultos mais conscientes com o seu meio.

As alternativas de trabalho apresentadas ora são postas em forma de sugestão, e respeitam os limites e as dificuldades para que existam no campo prático. No entanto, para que possam acontecer, é preciso que seja despertado o interesse por parte do poder público ou demais entidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a criação do primeiro parque nacional tenha acontecido no século XIX, ainda hoje este modelo serve de inspiração e é difundido para os diversos países, mesmo que estes últimos apresentem características distintas do país de origem. Sendo, portanto, motivo de inúmeras críticas por parte de estudiosos, e uma delas e talvez a mais citada diz respeito à questão social que essas áreas deixam de fora, pois o objetivo maior está em conservar a natureza e não a vida humana.

No Brasil, não foi diferente a introdução desse modelo de criação dos parques nacionais, haja vista que é um país “subdesenvolvido” que apresenta características muito distintas do país de origem dos parques nacionais (Estados Unidos), ainda mais quando diz respeito à necessidade de retirada de moradores existentes. Por aqui é quase que regra a criação de áreas protegidas para proteção integral em que há habitantes em seu interior, fato que gera conflitos de opiniões e deixa a desejar o verdadeiro objetivo dessas áreas.

Com o processo de implantação do Parque Nacional do Catimbau, a situação não foi diferente, pois o Parque foi criado sobrepondo-se sobre territórios já habitados, o que dificulta a real concretização da área. O Parque é, no entanto, um forte atrativo turístico para a região, e que, por isto, atrai um número considerável de visitantes a cada ano, sendo ainda uma fonte de renda para membros de muitas famílias que trabalham na atividade turística que o lugar proporciona, a exemplo dos que realizam tarefas de guias de turismo organizados em associação.

Contudo, é a dimensão social, organizada em seu espaço social e vivido, que tem impacto diretamente com a criação do Parque mediante força da lei. Para essa dimensão, não se trata apenas de espaço físico, mas também de uma carga subjetiva que o lugar inspira nelas, é um lugar onde as atividades são baseadas em heranças, pois lá também viveram seus familiares. A comunidade Porto Seguro é um caso explícito de espaço vivido, imbuído de subjetividade, demonstrada em sua forma de se organizar, pois possui uma maneira de viver um pouco diferente do que se vê ao seu redor.

Se por um lado é inevitável a desterritorialização dos moradores da área, haja vista que a lei vigente atribui aos parques, enquanto área de proteção integral passível de desapropriação;

por outro, no Catimbau, até o momento, não se tem nada de concreto a esse respeito, e a falta de condições financeiras para efetivar as indenizações é o seu principal motivo. Sendo assim, a dimensão social existente, continua em seus espaços de vida, embora com algumas restrições, que de certa maneira constitui uma forma de já “estarem” sendo desterritorializados de seu território.

A demora pela saída dos moradores ao mesmo tempo que é negativa do ponto de vista da conservação, é positiva para eles, pois eles ainda estão podendo gozar das benfeitorias que vêm sendo implantadas no lugar, a exemplo da introdução de energia elétrica e das construções de cisternas, para armazenamento e abastecimento de água potável fornecida pela chuva. Parece contraditório que ações como essas tenham sido inseridas em uma área protegida, mas as pessoas necessitam continuar suas vidas, pois se encontram diante da incerteza de quando acontecerá de fato a sua desterritorialização.

Essa demora e incerteza quanto à desterritorialização foram vistas como fatos que vêm a corroborar nossa hipótese de que **não há mobilização social em busca de melhores condições de vida em um território futuro**, pois, embora as pessoas acreditem que a saída delas pode acontecer, isso lhes parece algo distante e por isso não se acham dispostos a se organizarem em torno desse intuito. Por outro lado, há quem se mostre vencido pelo Governo, achando que não adianta lutar, pois não são forças suficientes para enfrentar o Poder Público e conquistar seus interesses. Há ainda o fator distância entre as comunidades, que contribui para a falta de engajamento entre elas.

A criação do Conselho Gestor do Parque pode ser um instrumento que venha, talvez, influenciar as pessoas na busca, também, de seus interesses, uma vez que garante a participação social juntamente com a política, estreitando a distância entre eles, o que pode vir a favorecer as pessoas no sentido de se sentirem encorajadas em expor seus anseios. O conselho é um passo importante para a área, pois tem a possibilidade de diminuir os conflitos existentes entre as partes, e, além disso, fazer concretizar os objetivos da área enquanto Unidade de Conservação.

Mas, devemos considerar que, ao ser implementado, o Conselho ainda poderá enfrentar sérios problemas relativos, notadamente, às especificidades socioculturais dos territórios envolvidos (municípios, comunidades etc.), bem como aqueles referentes à natureza da participação dos membros envolvidos. Chamamos, também, a atenção para o fato de que muitas pessoas

sequer conhecem o Parque e muito menos os problemas atinentes à sua implementação; bem como para a situação de desmobilização social existente no lugar.

Sugerimos, visando à elaboração de um planejamento de ações conjuntas na área, o desenvolvimento da prestação de serviços ambientais, utilizando o potencial dos próprios moradores do lugar para sua realização; bem como uma educação ambiental nas escolas locais.

A proposta de criação de serviços ambientais foi pensada na medida em que o Parque possui possibilidades de inserir a população nas atividades concernentes ao território, pois pode contribuir para a vida social dessas pessoas com a produção de serviços que demandem mão-de-obra. Porém, as sugestões dadas necessitam ser melhor avaliadas por organizações competentes.

No que diz respeito à educação ambiental, percebe-se que, no lugar estudado, apesar de ser um Parque Nacional, ainda são pouco praticadas nas escolas ações que levem os estudantes a pensar e compreender o seu espaço enquanto área protegida que é.

O tema **conflitos territoriais entre moradores de Parque Nacional e a política territorial de concretização do Parque** não se esgota com esta pesquisa, muito menos no território aqui estudado, pois existem fatos que poderão ser melhor elucidados por pesquisas posteriores. Pois, de acordo com a gestão do Parque, o número de habitantes no interior da Unidade de Conservação aumentou, o que nos fez pensar, em nível de hipótese, no fato de que a implantação de novos empreendimentos sociais, citados anteriormente, terem contribuído para o aumento desse número, que pode vir a ser verificada no futuro daquele território. Por outro lado, estudos de caso específico sobre o andamento do Conselho Gestor do Parque podem vir a constatar o andamento das discussões também a respeito da dimensão social, principalmente se as pessoas estão engajadas em uma participação cidadã.

REFERÊNCIAS

- ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. In: **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. disponível em :
<<http://www.solidariedadecidada.org/documentos/documento17.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2010.
- BARBOSA, Rômulo Soares. SANTOS, Fabio Dias dos. Unidades de conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no norte de minas. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Rio Branco, 2008.
- BRITO, Daguiete Maria Chaves. Conflitos em Unidades de Conservação. In: **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**. N. 1. Dez 2008. Disponível em: <<http://www.pracs.com.br/numeros/1/partigosn1.html>>. Acesso em: 05 julho de 2009.
- BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em: 05 julho de 2009.
- CATTANEO, Dilermando. **Identidades Territorial em Unidades de Conservação: Ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. 2004, 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5796?show=full>. Acesso em: 17 de novembro 2008.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome, o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. 318 p.
- CORBUCCI, Eliana Maria. Políticas públicas, políticas ambientais e participação social no Brasil. In: **Espaço & Geografia**, Vol.6, No 2. 2003, páginas 59-87. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/novo_portal/portal_gea/lsie/revista/arquivos/volume_6_numero_2_2003/e_g_2003_v6_n2_059_087_corbucci.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2008.

COZZOLINO, Luiz Felipe. IRVING, Marta de Azevedo. **Avaliação de gestão participativa em unidades de conservação: uma análise a partir da ótica da governança.** Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/LuizFelipeCozzolino.pdf>>. Acesso em: 21 de janeiro 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, HUCITEC, NUPAUB/USP, 5ª ed, 2004. 166 p.

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. **A História da Proteção: Paradoxo do Passado e Desafios do Futuro.** 52-73 p. In: TERBORGH, Jonh; van SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (org.). Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação o Boticário, 2002.

DEPRAZ, Samuel. **Le concept d' << Akzeptanz >> et son utilité en géographie sociale. Exemple de l'acceptation locale des parcs nationaux allemands.** 1-16 p. In: L'Espace Géographique, 2005-1, 96 p. Disponível em: <<http://www.cairn.info/search.php>>, Acesso: 03 março 2009.

DI MEO, Guy. **Geographie sociale et territoires.** Paris, Nathan, 1998. 320 p.

DRUMMOND, José Augusto. **O sistema brasileiro de parques nacionais: Análise dos resultados de uma política ambiental.** Niterói: EDUFF 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2007. 395 p.

GOHN, Maria da Glória. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: **Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Grupo de trabalho: Planejamento, gestão e democracia: escalas e sentidos contemporâneos das intervenções urbanas.** Buenos Aires: CLACSO, outubro de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo, Papirus, 2006. 263 p.

LEAL, Inara R. TABARELLI, Marcelo. SILVA, José M. Cardoso. **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife, ed.Universitária UFPE, 2003. 804 p.

MACEDO, Heitor Schulz. Processos participativos na gestão de Unidades de Conservação. In: do II Seminário Nacional. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de Abril 2007. **Anais...** UFSC, Florianópolis, Brasil. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/heitor_schulz_macedo.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: Seleção e manejo**. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2º ed.

Pronunciamento do cacique Seattle. 1854. Disponível em www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm acesso em 03 de março de 2010

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Série Temas, vol. 29 Geografia e política. São Paulo: Ática 1993. 269 p.

SÁ, Alcindo José de. **Geografia do direito**. As normas como formas sócio-espaciais. Recife: UFPE, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo, Edusp, 2006. 384 p.

SDS – Secretaria de Estado de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação**: A participação social que fortalece a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável no Amazonas. Série Técnica Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 13. Manaus, 2007. Disponível em: <www.ceuc.sds.am.gov.br/.../6-conselhogestor.html?...74%3Acartilhaconselhogestores>. Acesso em: 12 de dezembro de 2009.

SIQUEIRA, Gislane. **Avaliação da Implementação do Parque Nacional do Catimbau – PE**: Uma análise do desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecoturismo e da comunidade local. 2006, 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SNE - Sociedade Nordestina de Ecologia, **Projeto Técnico para a Criação do Parque Nacional do Catimbau/PE** – versão final. Recife 2002.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília, Diário Oficial. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 25 de abril 2008

TERBORGH, Jonh; van SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques. 25-36 p. In:

TERBORGH, Jonh; van SCHAIK, Carel; DAVENPORT, Lisa; RAO, madhu (org.)

Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação nos trópicos. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação o Boticário, 2002.

VALLEJO, Luiz Renato. **Políticas Públicas e Conservação Ambiental: Territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)**.

2005, 342 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa Pós-Graduação em Geografia,

Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br>> acesso: setembro 2008.

Sites consultados:

www.ambientebrasil.com.br, acesso em outubro de 2009

www.icmbio.gov.br, acesso em setembro de 2009

www.mma.gov.br, acesso em outubro de 2009

www.planalto.gov.br, acesso em janeiro de 2010

APÊNDICES A

Roteiro de entrevista I - Aos moradores:

Idade: _____

1. Há quanto tempo mora aqui? Gosta do lugar que mora?

2. Os seus vizinhos são antigos? Tem apego por eles?

3. Qual o uso que faz da terra (trabalha a terra, só mora)? Cria animais?

4. Atualmente existe alguma restrição, que antigamente não tinha, no lugar?

5. Acredita que pode haver uma relocação?

6. Se acha informado do que acontece?

7. Tem conhecimento dos planos de relocação?

8. O pessoal está organizado para buscar melhores condições de moradia?

9. Qual a expectativa para o futuro (havendo mudança de lugar)?

10. O que fará se receber dinheiro? É melhor do que receber terra?

11. O que faria para conservar a natureza no lugar que mora?

12. Gostaria de participar das conversas sobre o as decisões sobre o lugar?

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista II _ À Instituição

1. O que será feito das pessoas/famílias que habitam no interior do referido Parque?

2. Qual(is) o(s) plano(s), programa(s) e proposta(s) existente(s) para os moradores após a sua retirada da área?

3. É cogitada uma possível relocação dos moradores ali existentes?

4. Quais as reais perspectivas de inclusão dos moradores em outra área?

5. Está havendo de fato uma participação dos moradores nas decisões e propostas para o seu território?

ANEXO A

Tabela com os Parques Nacionais do Brasil

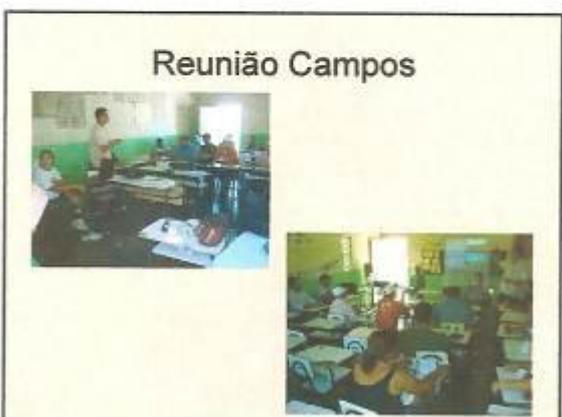
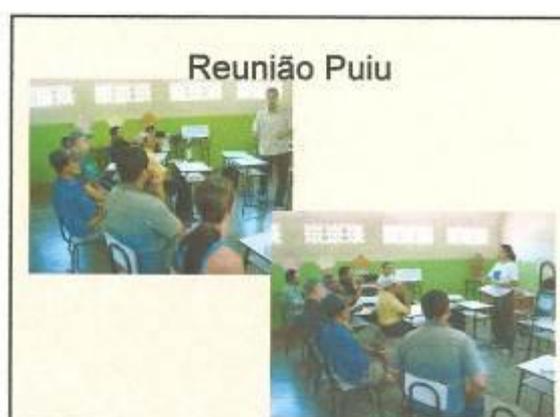
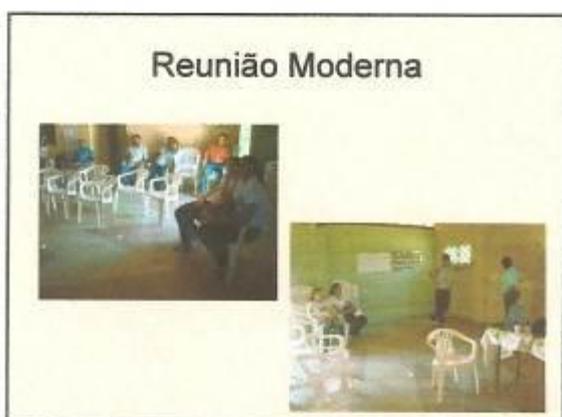
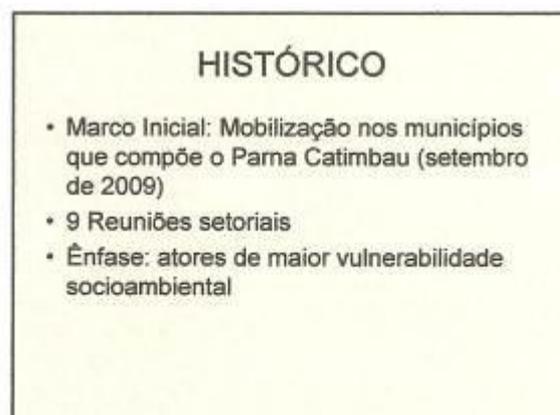
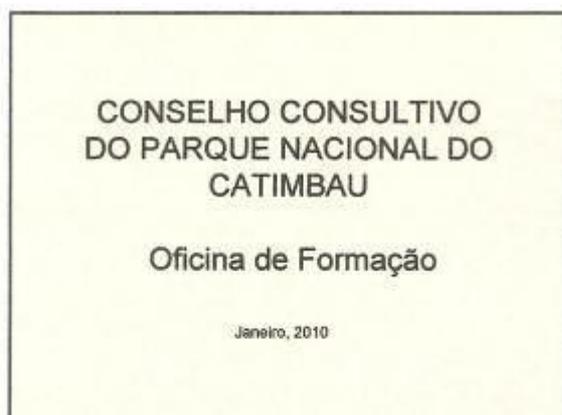
ANO	NOME	UF	BIOMA	ÁREA
1937	Itatiaia	RJ	MA	30.000
1939	Iguaçu	PR	MA	185.262
1939	Serra dos Órgãos	RJ	MA	10.527
1959	Aparados da Serra	RS	MA	10.250
1959	Araguaia	TO	CE	460.000
1959	Ubajara	CE	CA	6.288
1961	Brasília	DF	CE	30.000
1961	Caparaó	MG	MA	63.706
1961	Chapada dos Veadeiros	GO	CE	60.000
1961	Emas	GO	CE	100.000
1961	Monte Pascoal	BA	MA	22.500
1961	São Joaquim	SC	MA	49.300
1961	Sete Cidades	PI	CA	7.700
1961	Tijuca	RJ	MA	3.950
1971	Serra da Bocaina	RJ	MA	134.000
1972	Serra da Canastra	MG	CE	200.000
1974	Amazônia	PA	AM	860.000
1979	Pacaás Novos	RO	AM	765.801
1979	Pico da Neblina	AM	AM	2.200.000
1979	Serra da Capivara	PI	CA	100.000
1980	Cabo Orange	AP	ZC	619.000
1980	Jaú	AM	AM	2.272.000
1981	Lençóis Maranhenses	MA	ZC	155.000
1981	Pantanal Matogrossense	MT	PA	135.000
1983	Marinho dos Abrolhos	BA	ZC	88.246
1984	Serra do Cipó	MG	CE	33.800
1985	Chapara Diamantina	BA	CA	152.000
1986	Lagoa do Peixe	RS	CS	34.400
1988	Marinho Fernando de Noronha	PE	ZC	11.270
1989	Chapada dos Guimarães	MT	CE	33.000
1989	Grande Sertão Veredas	MG	CE	231.667
1989	Monte Roraima	RR	AM	116.000
1989	Serra do Divisor	AC	AM	840.954
1989	Superagui	PR	ZC	67.854
1992	Serra Geral	RS	MA	17.300
1997	Ilha Grande	PR	MA	78.875
1998	Restinga de Jurubatiba	RJ	ZC	14.860

1998	Serra da Mocidade	RR	AM	350.960
1998	Serra das Confusões	PI	CA	502.411
1998	Viruí	RR	AM	227.011
1999	Cavernas de Peruaçu	MG	CE	56.800
1999	Descobrimento	BA	MA	21.129
1999	Pau Brasil	BA	MA	11.038
2000	Serra da Bodoquena	MS	CE	76.481
2001	Saint-Hilaire/Lange	PR	MA	25.166
2001	Serra da Cutia	RO	AM	283.611
2002	Jericoacoara	CE	ZC	8.416
2002	Nascentes do Parnaíba	PI	CE	733.162
2002	Catimbau	PE	CA	62.300
2002	Montanhas do Tumucumaque	AP	AM	3.887.000
2002	Sempre Vivas	MG	CE	124.000
2004	Serra do Itajaí	SC	MA	57.374
2005	Serra do Pardo	PA	AM	445.392
2005	Serra de Itabaiana	SE	MA	7.345
2005	Araucárias	SC	MA	12.841
2005	Chapada das Mesas	MA		160.046
2006	Jamanxim	PA	AM	859.722
2006	Rio Novo	PA	AM	537.757
2006	Juruena	MT	AM	1.957.000
2006	Campos Gerais	PR	MA	21.286
2006	Campos Amazônico	AM	AM	873.570
2008	Nascentes do Lago Jarí	AM		812.141
2008	Mapinguari	AM		1.572.422
2008	Anavilhanas	AM	AM	350.018

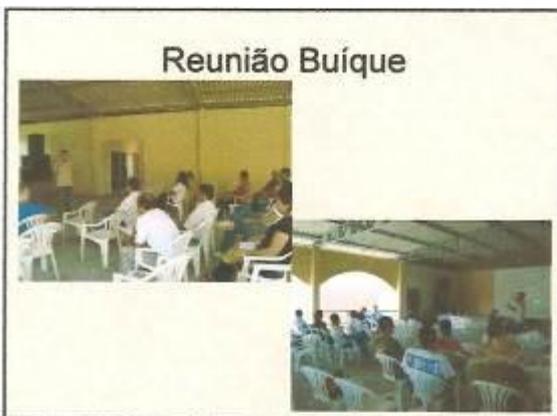
Fonte: www.icmbio.gov.br

ANEXO B

Slides²⁵: Oficina formação do Conselho Consultivo do PN-Catimbau



²⁵ Fonte: Atual equipe de gestão do PN-Catimbau



PROPOSTA REUNIÃO - BUÍQUE REPRESENTATIVIDADE

SOCIEDADE CIVIL	
SEGMENTOS	ENTIDADES
Comunidade (religiosa e intrínseca)	- Associação dos Miradores de Serra dos Carvalhos - Associação Comunitária do Sítio Retiro; - Associação Comunitária do Sítio Marques; - Associação de Moradores de Vila Santa Grande; - Associação de Moradores de Serra do Catimbau.
Comunidade indígena	- Associação Comunitária dos Índios Kapinawá; - Conselho Local de Saúde Kapinawá; - Conselho Local de Educação Kapinawá; - APCOME; - COPEPE;
Tribunais locais	- STJ Buíque; - STJ Superintendência; - Associação de Agricultores de Catimbau; - Associação de Agricultores de Barra Velha;
Produtores rurais (Tucuna)	- Cooperativa Agropecuária do Catimbau; - Associação de Agricultores do Catimbau; - Associação de Sítios de Vale do Catimbau.
Cooperativas	- COOPICA Buíque; - COMEDICA Buíque;
Órgãos de Direito (Risco Ambiental)	- Organização Ecológica do Cristianismo Moderno - Paulo Sérgio

PROPOSTA REUNIÃO - BUIQUE REPRESENTATIVIDADE

SEGMENTOS	ENTIDADES
PODER PÚBLICO	
Prefeitura	- Prefeitura Municipal de Buíque; - Prefeitura Municipal de Tupanatinga;
Câmaras municipais	- Câmara Municipal de Buíque; - Câmara Municipal de Tupanatinga;
Meio Ambiente	- IBAMA; - ICMBio; - CPRH; - SECTMA-PE;
Povos indígenas	- FUNAI;
Agricultura	- Sec. Estadual de Agricultura; - IPA; - Sec. Munic. de Agricultura de Buíque; - Sec. Munic. de Agricultura de Tupanatinga;
Arqueologia	- IPHAN;
Pesquisa científica	- FUNDAJ; - UFPE; - UFRPE; - UNICAP;
Educação e Cultura	- Sec. Estadual de Educação; - Sec. Municipal de Educação Buíque; - Sec. Municipal de Educação de Tupanatinga;
Turismo	- EMPE TUR; - Diretoria de Turismo de Buíque; - Secretaria Municipal de Turismo de Tupanatinga;
Saúde	- FUNASA; - Sec. Estadual de Saúde; - Sec. Municipal de Saúde de Buíque; - Sec. Municipal de Saúde de Tupanatinga;
Assentamentos Agrícolas	- INCRA;

PROPOSTA REUNIÃO - IBIMIRIM REPRESENTATIVIDADE

SEGMENTOS	ENTIDADES
SOCIEDADE CIVIL	
Comunidades (Interior e entorno)	Associação de Moradores da Igreja
Comunidades indígenas	Assoc. Anac. Aldeia Quindáho / Lagoa do Pão;
Trabalhadores rurais	STR Ibimirim
Produtores rurais	ASCAPRI / Assoc. Prod. Caprinos Sertão / ASSAPI
Cultura	Assoc. de Santeiros de Ibimirim;
Turismo	-
Comércio e Indústria	CUL de Ibimirim
Conselhos	Conselho Gestor Açude Poço da Cruz Assoc. Desenv. Rural Sudeste de Ibimirim / Assoc. de Jovens de Ibimirim / Assoc. de Jovens de Ibimirim
Estado de Direito	-
Meio Ambiente	Maçonaria (Ibimirim) BERTA / ASSOCATA / ASSUVAM

PROPOSTA REUNIÃO - IBIMIRIM REPRESENTATIVIDADE

SEGMENTOS	PODER PÚBLICO	ENTIDADES
Prefeitura	- Prefeitura de Ibimirim - Prefeitura de Sertão	
Câmaras municipais	- Câmara Ibimirim e Sertão	
Meio Ambiente	- IBAMA / ICMBio / CPRH / Sec. Mun. Ibimirim	
Povos indígenas	-	
Agricultura	-	
Arqueologia	- IPHAN	
Pesquisa científica	- ITEP / UFRPE	
Educação e Cultura	- Sec. Mun. Ibimirim e Sertão	
Turismo	-	
Saúde	-	
Instituições financeiras	- BB	
Assentamentos Agrícolas	-	

PRINCÍPIOS

- Representatividade
- Paridade
- Consenso

1º Segmento - Municípios

- 1) Prefeitura Municipal de Buíque
- 2) Prefeitura Municipal de Ibimirim
- 3) Prefeitura Municipal de Tupanatinga
- 4) Prefeitura Municipal de Sertão

2º Segmento – Câmaras Municipais

- Câmara municipal de Buíque
- Câmara municipal de Ibimirim
- Câmara municipal de Tupanatinga
- Câmara municipal de Sertão

3º Segmento – Órgãos de Meio Ambiente, Indígenas, Agricultura e Reforma Agrária

- IBAMA;
- ICMBio;
- CPRH;
- SECTMA-PE
- INCRA;
- FUNAI
- FUNASA
- Sec. Estadual de Agricultura;
- IPA;
- ITEP.

4º Segmento - Órgãos de Pesquisa, Arqueologia, Educação e Turismo

- FUNDAJ;
- UFRPE;
- UFPE;
- UNICAP;
- UPE.
- IPHAN
- EMPETUR;

5º Segmento - Comunidades (Interior e entorno)

- Associação dos Moradores da Serra dos Breus;
- Associação Comunitária do Sítio Sobrado;
- Associação Comunitária do Sítio Muquem;
- Associação de Moradores de Vila Baixa Grande;
- Associação de Moradores da Serra do Catimbau.
- Assentamento Dois Irmãos,
- Comunidade do Puiu;
- Comunidade Campos;
- Organização Sulami do Cristianismo Moderno - Porto Seguro

6º Segmento – Comunidades indígenas

- Associação Comunitária dos Índios Kapinawá;
- Conselho Local de Saúde Kapinawá;
- Conselho Local de Educação Kapinawá;
- APOIME;
- COPIPE;
- Aldeia Quiridálho,
- Lagoa do Puiu.

7º Segmento – Trabalhadores rurais

- STR Buíque;
- STR Tupanatinga;
- Associação de Agricultores do Catimbau;
- Associação de Agricultores de Barra Velha;
- Associação dos Trabalhadores Rurais da Igrejinha
- Associação das Mulheres de Ibimirim
- STR Ibimirim

8º Segmento - Produtores rurais

- ASCAPRI
- Assoc Prod. Caprinos Sertânia
- ASSAPI
- Cooperativa Agropecuária do Catimbau;
- Associação de Apicultores do Catimbau;

9º Segmento –Turismo e Meio Ambiente

- Associação de Guias do Vale do Catimbau
- SERTA
- ASSOCATA
- ASSUVAM

10º Segmento –Conselhos

- Conselho Gestor Açude Poço da Cruz
- Cons. Desenv. Rural Sust de Ibimirim
- CMDRS Buíque;
- COMDDICA Buíque

1º Segmento – Municípios: 4 VAGAS

2º Segmento – Câmaras Municipais: 2 VAGAS

3º Segmento – Órgãos de Meio Ambiente, Indígenas, Agricultura e Reforma Agrária: 4 VAGAS

4º Segmento – Órgãos de Pesquisa, Arqueologia, Educação e Turismo: 3 VAGAS

5º Segmento – Comunidades (interior e entorno): 4 VAGAS

6º Segmento – Comunidades indígenas: 2 VAGAS

7º Segmento – Trabalhadores rurais: 2 VAGAS

8º Segmento – Produtores rurais: 2 VAGAS

9º Segmento – Turismo e Meio Ambiente : 2 VAGAS

10º Segmento – Conselhos: 2 VAGAS

11º Segmento – ICMBio: 1 VAGA

TOTAL: 28 CONSELHEIROS